



Universidade de Brasília/UnB
Instituto de Ciências Humanas/IH
Departamento de Serviço Social/SER

THAÍS DANIELE LUNA RODRIGUES

**A educação profissional: uma análise sobre o orçamento dos Institutos
Federais de Brasília**

**Brasília/DF
2016**

Tháís Daniele Luna Rodrigues

**A educação profissional: uma análise sobre o orçamento dos Institutos
Federais de Brasília**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB), como parte do requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da Professora Sandra Oliveira Teixeira.

BRASÍLIA/DF

2016

FOLHA DE APROVAÇÃO
THÁIS DANIELE LUNA RODRIGUES

**A educação profissional: uma análise sobre o orçamento dos Institutos
Federais de Brasília**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB), como parte do requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da Professora Sandra Oliveira Teixeira

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Sandra Oliveira Teixeira (SER-UnB)
(Orientadora)

Prof. Dr. Evilasio da Silva Salvador (Membro Interno do SER-UnB)

Luciana Elias Reis (Supervisora de Estágio
do Instituto Federal de Brasília)

"A educação no Brasil não é uma crise, é um projeto" (Darcy Ribeiro)

Agradecimentos

Agradeço à Deus. Aos membros que compõem o Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, que fizeram a minha jornada muito mais rica, repleta de aprendizados constantes e mudaram a minha forma de pensar. A vocês os meus agradecimentos.

Agradeço, a minha família que esteve presente em todo o processo da minha formação, à minha querida e amada Mãe, por sempre lutar por mim em todas as ocasiões, meu espelho será você eternamente. Ao meu pai, que desde sempre me incentivou de todas as formas a ingressar na Universidade de Brasília, me deu todo o apoio intelectual e emocional para hoje ser quem eu sou. Ao meu Irmão, por me mostrar o lado espontâneo dessa vida tão fugaz, fez-me amadurecer e perceber que nossas diferenças são geradoras de imensas igualdades. Vocês três são os alicerces da minha vida, obrigada por tudo!

Ao meu melhor amigo e marido, Thiago, só tenho a agradecer-lo por toda paciência, companheirismo, sabedoria, por ter me ajudado nas construções das tabelas e por me fazer uma pessoa melhor a cada dia, você faz a minha vida ter sentido, de coração, muito obrigada.

Agradeço a disponibilidade da Banca Examinadora, ao Prof. Dr Evilasio da Silva Salvador e a Luciana Elias, que foi a minha supervisora de estágio, obrigada por ter me ensinado tanto em pouco tempo, contribuindo para a minha formação profissional.

À minha orientadora Sandra Oliveira Teixeira, por todo conhecimento compartilhado, dedicação e disponibilidade, à você os meus sinceros agradecimentos.

Resumo

O presente trabalho de conclusão de curso, tem como objetivo problematizar as tendências do gasto da educação profissional no Brasil e a concepção de educação profissional no pós 1990, indicando a partir de 2007 os gastos do governo com a educação profissional. Após analisar a concepção da educação profissional, o estudo segue em uma perspectiva histórica com o propósito de destacar os momentos de maior relevância para a Educação Profissional, a qual tomou fôlego a partir do governo Lula da Silva e continuou na gestão da Presidenta Dilma Rousseff. Em seguida elucidado como o orçamento é uma peça de cunho social e primordial para o estudo dos direitos sociais, sendo assim é realizado o mapeamento dos gastos do governo do Partido dos Trabalhadores no período de 2007 a 2015, com enfoque em problematizar as áreas que tiveram menor investimento, e as que foram mais priorizadas.

Palavras Chave: Educação Profissional, Orçamento, Instituto Federal.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Gastos por grupos de Natureza de Despesas: Orçamento da União.	38
Tabela 2 Percentual de Crescimento do Recurso pago na Educação Profissional de 2007 a 2015	50
Tabela 3 Percentual de Execução do orçamento da Educação Profissional de 2007 a 2015	52
Tabela 4 Representação dos recursos pagos na Educação Profissional em relação ao PIB - 2007-2015	53
Tabela 5 Percentual de Execução entre o recurso autorizado e o recurso pago nos anos de 2007 a 2015.....	75
Tabela 6 Informações em R\$ milhões sobre o recurso autorizado e o recurso pago nos anos de 2007 a 2011	83
Tabela 7 Informações em R\$ milhões sobre o recurso autorizado e o recurso pago nos anos de 2012 a 2015.....	59
Tabela 8 Percentual de participação de cada ação/programa no total do recurso pago de 2007 a 2011.....	63
Tabela 9 Percentual de participação de cada ação/programa no total do recurso pago de 2012 a 2015.....	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades.....	44
Gráfico 2 Quantidade de municípios atendidos com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	45
Gráfico 3 Brasil - Evolução das matrículas na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (em milhares) 2003 - 2012.....	46

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

CEFETs - Centro Federal de Educação Tecnológica

CF - Constituição Federal

EPT - Educação Profissional Tecnológica

FHC - Fernando Henrique Cardoso

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializado

IFETs - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IGP - DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LOA - Lei Orçamentária Anual

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LDB - Lei de Diretrizes e Base da Educação

MEC - Ministério da Educação

PIB - Produto Interno Bruto

PPA - Plano Plurianual

PDE - Plano de Desenvolvimento Educacional

PT - Partido dos Trabalhadores

PROEP - Capacitação de Profissionais da Educação Profissional

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SECAI - Serviço Nacional de Aprendizagem

SETEC - Secretária de Educação Profissional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Capítulo 1 - Educação na Sociabilidade Capitalista.....	15
1.1 Relação trabalho e educação: a condição da educação na sociabilidade capitalista	15
1.2 Características históricas da educação profissional no Brasil	19
Capítulo 2 - Educação Profissional em tempo de Contrarreforma do Estado	25
2.1 A política social na educação em tempos de contrarreforma do Estado e a particularidade da educação profissional	25
2.2 Orçamento e fundo público a luz dos direitos sociais nos dias atuais	33
Capítulo 3 - Caracterização do gasto da educação profissional no período do governo do partido dos trabalhadores.....	40
3.1 Levantamento histórico sobre a educação profissional no governo do partido dos trabalhadores	40
3.2 Mapeando a caracterização do gasto na educação profissional.....	48
Considerações Finais	69
Referências	74
Anexos	79

INTRODUÇÃO

A educação, um direito fundamental expresso na Constituição Federal, é um assunto de relevância pública e uma área que ao decorrer dos anos sofre vários cortes orçamentários. Como exemplo podemos citar os cortes orçamentários que ocorreram em 2012 com a perda de 1,93 bilhão de reais do orçamento destinado a educação, em 2015 com a perda de 10,5 bilhões de reais e agora em 2016 com a Proposta de Emenda Constitucional n. 55, em que o congelamento do financiamento da educação durante dez anos pode implicar em uma perda de R\$ 58,5 bilhões no gasto federal em educação.

Em tempos de cortes de orçamento, e por consequência corte de direitos sociais, é de suma importância problematizar o assunto, e falar sobre uma das diversas modalidades da educação, que é a educação profissional, realizando uma análise sobre o orçamento dos Institutos Federais de Brasília.

Essa proposta de análise do orçamento voltado para a educação profissional se faz importante, pois de acordo com Fabricio de Oliveira (2012) é no orçamento em que estão dispostas as receitas e os gastos administrados pelo Estado, o qual muitas vezes para a sociedade parece uma figura de ficção que interessa e é inteligível para os que são responsáveis pela sua elaboração, aprovação e execução, porém é nessa arena de disputa, que são tomadas as decisões sobre os objetivos de gasto do Estado, os quais afetarão de forma positiva ou negativa a vida dos cidadãos.

O interesse em pesquisa o tema da assistência estudantil foi estimulado pela experiência de estágio realizado no Instituto Federal de Brasília na Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social. No estágio, foram tecidas reflexões sobre várias questões acerca do ensino profissional e do orçamento que é efetivamente repassado para ele. Neste período foi observado a evasão dos estudantes e as contradições presentes na dinâmica do instituto. Este tem como papel central a inclusão, a equidade e a justiça social, mas ao mesmo tempo não proporciona condições suficientes

para os estudantes manter-se frequente, o que corrobora com a estratificação da educação.

A educação profissional é determinada pela conjuntura política, econômica e social do Brasil, marcada pela mundialização do capital, pelo neoliberalismo e por relações sociais, que cada vez mais gira em torno do lucro. A educação por ser um dos direitos sociais expressos na Constituição de 1988, não está fora dessa realidade. Negar os avanços no sistema educacional brasileiro ao longo do tempo, talvez fosse retórico e um exemplo desse pensamento refere-se a educação gratuita e universal para todos, mas em contrapartida, esse processo é gerador de dúvidas riobaldianas¹, pois uma educação pautada na lógica do mercado irá ser orientada pelos interesses da minoria, negando assim a sua universalidade, e educando para a lógica do consenso.

De acordo com Carvalho (2012) no âmbito dessa sociedade mercadológica em que estamos inseridos, a educação é vista como um elemento acessório para suprir as exigências da produção, essa que ao longo do tempo vem sofrendo mudanças da própria dinâmica decorrentes da acumulação da sociedade capitalista.

Frente a essa perda na sociabilidade capitalista da concepção de educação voltada para emancipação do ser humano em sua totalidade, o intuito desse trabalho foi fazer uma análise crítica acerca da educação técnica profissional, problematizando a concepção de educação profissional no pós 1990 e indicando os gastos do governo com essa modalidade de educação.

Para realizar esse trabalho, a pesquisa foi balizada na abordagem qualitativa. Essa técnica de pesquisa não se prende apenas aos valores numéricos. Para além deles, ela tenta analisar de acordo com Gerhardt e Silveira (2009) as objeções do fenômeno, buscando os resultados mais

¹ Conceito usado no Livro *Grandes Sertões Veredas* de Guimarães Rosa, onde a dúvida riobaldiana acaba sendo transposta para a esfera ética da natureza humana.

fidedignos possíveis e com foco central na compreensão e explicação da dinâmica inerente das relações sociais.

O método de pesquisa usado para dar materialidade a monografia foi o levantamento bibliográfico de livros, artigos, dissertações e teses sobre os seguintes temas: educação profissional, educação, fundo público, orçamento, política social, desenvolvimentismo.

Em seguida foi realizado o levantamento documental, o qual abrangeu: levantamento dos dados orçamentários no SIGA Brasil, levantamento de dados sobre a Instituição no Plano de Desenvolvimento Institucional dos Institutos Federais, levantamento de dados sobre a educação profissional no portal do Ministério da Educação. Também foi realizado a análise documental a partir de documentos oficiais como: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Plano de Desenvolvimento da Educação, Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, Decreto Lei n. 4.048/42, 8.621/46, 2.208/97, 5.154/04, 5.622/05, 6.301/07, 7.589/11, 6.095/07, 11.892/08, Parecer n. 39/04, Lei 5.692/71 e 7.044/82.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, realizo a problematização da concepção da educação desde a produção comunal até a era moderna, perpassando por cada fase da história com o intuito de elucidar qual era o conceito de educação e como ele mudou ao longo do tempo. Ao decorrer desse mesmo capítulo, será feita uma análise das características históricas da educação profissional no Brasil, mostrando em que governo ela surgiu, e qual foi o seu papel desde o início dessa nova concepção de educação.

Já no segundo capítulo, após ter sido feito todo o levantamento histórico da educação profissional, tem-se um debate sobre a política social da educação em tempos de contrarreforma do Estado com o foco na particularidade da educação profissional. Logo em seguida é feito um estudo sobre o orçamento e o fundo público a luz dos direitos sociais nos dias atuais.

Em seguida, no capítulo três será feita a caracterização do gasto da educação profissional no período do governo do partido dos trabalhadores, para isso será realizado um levantamento histórico acerca da educação profissional nesse governo, e logo depois o mapeamento e caracterização do gasto. Levando em consideração que as políticas públicas em sua implementação são marcados por interesses econômicos, políticos e ideológicos, o período de análise do gasto da rede de educação profissional, científica e tecnológica federal abrangerá os anos de 2007 a 2015, que vai ser desde o segundo mandato do governo Lula até o ano de 2015.

Capítulo 1 - Educação na sociabilidade capitalista

Esse capítulo dedica-se a uma breve análise histórica sobre a relação da educação e do trabalho desde a produção comunal até a sociedade moderna. Destacando a funcionalidade que essas duas categorias têm dentro da produção capitalista. Em seguida discorro sobre a educação profissional no Brasil desde seu surgimento até a Constituição Federal de 1988, fazendo relações com as formas de governo, elucidando como a educação profissional foi funcional ao capitalismo no período.

1.1 Relação trabalho e educação: a condição da educação na sociabilidade capitalista

Dentro do processo histórico a educação exerce um papel fundamental. Temos dois tipos de educação, a informal, a qual os seres humanos aprendem segundo a cultura e costumes de um país, e a formal onde o conhecimento é passado através de uma rede institucionalizada, mais conhecida popularmente como escola.

A origem da educação se dá no modo de produção comunal, e é intrínseca ao trabalho, tendo sido inicialmente dirigida pela necessidade primária de sobrevivência imediata. A atividade fundante do ser social é o trabalho, por meio do qual os homens produziam sua existência e se educavam nesse processo - ao transformar a natureza para a sua sobrevivência, o homem transformava a si próprio. Este processo não o faz instintivamente, mas mediado pela intencionalidade da consciência. Era uma educação voltada para as necessidades do ser humano que tentava se adaptar a um universo em que "tudo que era sólido se desmanchava no ar"².

² Berman analisa o *Manifesto Comunista* de Karl Marx como a primeira obra de arte moderna. O Modernismo é entendido como a parte cultural enquanto que a modernização, a parte econômico político da Modernidade. A frase que dá título ao capítulo, *Tudo que é sólido desmancha no ar*, para Berman, mostra uma imagem síntese da visão de Marx do que seria

Com a evolução do comunismo primitivo e com a apropriação da propriedade privada – essa que dividiu os homens em classes sociais – temos também a divisão da educação. “Se antes, no comunismo primitivo, a educação coincidia inteiramente com o próprio processo de trabalho, a partir do advento da sociedade de classes, com o aparecimento de uma classe que não precisa trabalhar para viver, surge uma educação diferenciada. E é aí que está localizada a origem da escola” (SAVIANI, 1996, p.152)

O surgimento da escola (em grego: lugar do ócio) na idade média foi marcado pela influência da igreja católica - responsável pela educação nessa época - e se destinava apenas para aqueles que detinham a posse sobre propriedades e não precisavam trabalhar, propriedade esta que não se resumia a posse da terra, mas sobre as próprias pessoas - trabalho escravo -. Assim "nesse contexto", a forma escolar da educação é ainda uma forma secundária que se contrapõe como não-trabalho à forma de educação dominante determinada pelo trabalho". (SAVIANI, 1996, p.153)

O modo de produção na Idade Média era o Feudal, sua economia era baseada na agricultura de subsistência, no trabalho servil, onde não existia o comércio, predominando apenas as trocas. O acelerado desenvolvimento das atividades artesanais, e seu elevado grau de acumulação fez com que surgisse o comércio, concomitantemente com a origem do capital.

A época moderna é marcada pelo surgimento da indústria e das cidades. Difere se da Idade Média, pois agora é o campo que se subordina à cidade, e a agricultura a indústria. A socialização das relações e necessária, o que era natural em essência perde espaço nesse cenário. O que rompe com a ideia de comunidade para trazer com toda a força a ideia de sociedade, essa

moderno: um mundo em que tudo é pervertido ou passível de perversão, tudo está sujeito às transformações que desmancha tudo que é sólido, mesmo o que parece ser mais sagrado. A burguesia, agente da modernidade, tornou tudo vendável, dessacralizou a família e desmascarou a religião, tornou profano o que era sacro, tudo virou mercadoria, tudo pode ser vendido ou comprado e gerar lucro. Até mesmo a propaganda anticapitalista pode ser capitalizável se vendável. O próprio comunismo pode virar uma mercadoria. Prof. Me. Alexandre Lobo. <http://www.webhumanas.net/tudo-que-e-solido-berman>. Acesso realizado em 10/07/2016. BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo. Cia das Letras, 2008.

agora regida pelo direito positivo - pelas leis. Dessa forma a sociedade passa a ser organizada segundo um contrato social e não mais por laços naturais.

Com esse novo modo de produção surge a noção de liberdade - ligada à propriedade - a qual esta vinculada a ideologia do liberalismo³. O trabalhador é "livre" para vender a sua mão de obra segundo um contrato celebrado com o capitalista. Ao mesmo tempo que ele pode escolher vender a sua força de trabalho, o mesmo é desapropriado dos seus meios de existência, levando a uma lógica totalmente perversa, falaciosa e contraditória. Nas palavras de Saviani (1996) " A sociedade moderna arranca o trabalhador do vínculo com a terra e o despoja de todos os seus meios de existência. Ele fica exclusivamente com sua força de trabalho, obrigado, portanto, a opera - lá com meios de produção que são alheios." (SAVIANI, 1996, p. 154).

Na sociabilidade capitalista o saber surge como condição de possibilidade de manutenção do modo de produção vigente, o papel da escola correlaciona se com as condições políticas, econômicas e sociais do capital. Para a burguesia a educação é humanista, intelectual, voltada para o conhecimento crítico e emancipação, as pessoas estudam para se tornarem cultas, não letradas⁴. Essa, difere da educação técnica, segmentada, cujo objetivo central mesmo que às vezes velado, é o desenvolvimento de habilidades para o processo de produção, com o intuito de inserir de forma mais rápida o ser humano no mercado de trabalho efêmero.

Desse modo, a educação escolar está intrinsecamente ligada ao "padrão de acumulação que se instaura, por meio do adestramento do trabalhador às funções do capital. Sendo assim, o trabalhador irá dominar o

³ Referencia ao Liberalismo social, econômico e político. Com destaque para a ideologia liberal de Adam Smith, base para a expansão industrial do século XIX que vai alterar profundamente os rumos da educação no mundo. WWW.UOL.COM.BR.ECONOMIA, Acesso realizado em 25/07/2016

⁴ De acordo com Milton Santos em seu livro Urbanização Brasileira de 1993, uma das características principais da nova urbanização brasileira é o fato de que aumentou no Brasil, exponencialmente, a quantidade de trabalho intelectual, o que não quer dizer que a população brasileira haja se tornado culta, mas ela se tornou mais letrada. Esse fato dela ter se tornado mais letrada tem ligação direta com a realidade em que vivemos do período técnico científico, onde a ciência e a técnica estão presentes em todas as atividades humanas, onde a quantidade de trabalho intelectual solicitada é enorme, mesmo porque a produção material, diminuiu em benefício da produção não material. Acesso realizada em 13/10/15

saber necessário e funcional que a reprodução do capital exige e em que a classe hegemônica busca manter sua condição de dominação, reproduzindo seus valores e visão de mundo. A educação então passa a ser instrumental à luta de classes.

A educação formal não é a força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou 'consenso' quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, seria um milagre monumental. É por isso que, também no âmbito educacional, as soluções 'não podem ser formais, elas devem ser essenciais'. Em outras palavras, eles devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida - (MÉSZÁROS,2005, p.45).

Os processos de mudanças no mundo ocidental, turbinados pelo desenvolvimento científico iniciado no século XV, exigem do ser humano uma capacidade de adaptação e inovação homéricas. Esse (des) humano só será legitimado e aceito em uma comunidade hostil a ele social, econômica e politicamente se, aquele, utilizando o conhecimento sistematizado e transmitidos por uma educação plural, conseguir criar, improvisar e aplicar em sua existência. Neste contexto, o indivíduo que conseguir improvisar como os artistas do *jazz*⁵, possivelmente levariam aquele universo, dificultoso de entendimento, a ser mais sólido e mais difícil de se desmanchar no ar.

Essa relação de trabalho e educação na sociabilidade capitalista que explanei até aqui está intrinsecamente ligada a educação profissional, pois como já mencionado, esse "novo" modelo de educação emergiu com o objetivo principal de responder as demandas do capital. Sendo assim no próximo tópico

⁵ No *jazz*, a improvisação refere-se à simultaneidade dos trabalhos de composição e execução. Ou seja, a improvisação diz respeito à concretização de um ato performativo sem o benefício de um planejamento anterior. A distinção do *jazz*, e sua beleza, decorrem da unicidade de cada *performance*, isto é, do fato de a forma que a interpretação vai assumir ser decidida pelos músicos de modo não planejado, embora balizada nas convenções do estilo e, bem entendido, na estrutura de cada composição. Destacamos que para um profissional da música improvisar, ele precisa de um conhecimento amplo dos conceitos que envolvem o *jazz*, passa por todo um processo de aprendizagem para dominar o estilo e a improvisação só é válida durante a apresentação, essa extensamente planejada.

irei falar sobre as características da educação profissional até a Constituição Federal de 1988.

1.2 Características históricas da educação profissional no Brasil

Ao analisar a educação profissional no contexto histórico brasileiro percebe-se que essa política educacional tem um público alvo específico, a classe social pobre que está querendo ser inserida de forma rápida no mercado de trabalho, e tem como objetivo capacitar a mão de obra dos trabalhadores de forma tecnicista. Essas características a diferem da educação promovida para a burguesia, pois essa última forma de educação mencionada é marcada hoje pela meritocracia e pelo academicismo.

Sendo assim, o objetivo desse tópico é analisar por meio de uma retrospectiva histórica a educação profissional até a Constituição Federal de 1988.

No período entre 1889 – 1930, a educação no Brasil foi fortemente influenciada pelos pensamentos positivistas, os quais eram: o aumento da oferta da educação pública, a substituição da educação clássica pela científica e uma educação laica. A primeira criação dos Institutos foi por meio do Decreto 7.566/1909, no qual o então presidente Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices que mais tarde deram origem aos centros federais de educação profissional e tecnológica (CEFETs). A criação desses institutos foi para responder a lógica do mercado da época, em que a característica do Brasil era de uma industrialização incipiente e economia agroexportadora, com o principal produto da época que era o café. A educação tecnológica nessa época foi uma medida paliativa para tentar combater os problemas sociais, os quais geravam altos índices de criminalidade e impediam o progresso do país, sua proposta era a capacitação de pessoas ditas como “desprovidas”.

Em meados de 1930 a 1937, o processo de industrialização cresceu significativamente. Todo esse crescimento no país provocou mudanças na

estrutura do Estado o qual teve que pensar uma nova forma de organização para se articular a esse novo modo de produção. Esse quadro impulsionou o país a adotar formas diferentes de capacitação da força de trabalho, pois eles precisavam de um número grande de trabalhadores com conhecimentos mínimos, produção máxima e mão de obra barata. Uma obra que retrata esse período é "Operários" de Tarsila do Amaral, pintado em 1933. O quadro retrata a diversidade cultural dos trabalhadores, esses pintados com a face cansada, desgastados pela intensa jornada de trabalho que eram submetidos, representado na obra pela fábrica ao fundo. Pode se concluir também que no quadro as pessoas são diferentes, mas possuem faces e semblantes parecidos, relacionando ao período em que o quadro foi pintado, representa a sociedade que é massificada pelo capital. De acordo com Mézaros

A atividade produtiva é, portanto, a fonte da consciência, e a 'consciência alienada' é o reflexo da atividade alienada ou da alienação da atividade, isto é, da auto-alienação do trabalho. – (MÉSZAROS, 1981, p.76) .

Na era Vargas, por meio do Decreto-Lei 4.048/1942, é criado o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem, que tem como missão formar profissionais para as indústrias. Logo depois por meio do Decreto-Lei 8.621/1946 foi instituído o SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, o qual foi implementado com o objetivo de qualificar os trabalhadores nas atividades comerciais. Ambos, nasceram com a lógica de educar para o mercado, para as indústrias, lembrando que nessa época o país passava por uma efervescência industrial, sendo assim o objetivo do governo era qualificar de forma rápida e barata a população.

Na década de 1950, com o governo de Getúlio Vargas e ,em 1955, com o governo de Juscelino Kubitschek, as empresas multinacionais se estabeleceram no país, com isso o Brasil se tornou dependente do capital internacional, o qual passa a requisitar maiores investimentos na qualificação de mão de obra com base na teoria do Capital Humano. Essa teoria aplicada

ao campo educacional gera uma concepção tecnicista sobre o ensino, fazendo da educação um valor econômico, voltada apenas para o desenvolvimento do país.

Considerado um marco na educação, em 1961 foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 4.024/1961, tal lei concebe a primeira tentativa de equivalência entre ensino técnico e ensino propedêutico, sendo assim os estudantes do ensino profissionalizante também poderiam ingressar no Ensino Superior. O que revela a necessidade de profissionalização do ensino, pois essa tentativa de mudança esta diretamente ligada ao que o país estava vivendo em escala mundial. A substituição das importações e a entrada do Brasil na economia mundial, iriam fazer com que as multinacionais se instalaram-se no país, e com isso novas demandas de força de trabalho capaz de atender as suas necessidades surgiram, como o ensino técnico profissionalizante.

Em 1964 inicia no Brasil o período da Ditadura Militar, onde é mantido e intensificado os interesses do capital internacional e da classe dominante, o ensino privado é fortemente expandido, enquanto a educação publica passa por momentos de reformas e terceirizações de serviços, além de tentativas de privatização. Segundo ARCARY (2015) a educação profissionalizante passou por cinco fases importantes, sendo a primeira delas em 1968, onde " as Escolas Técnicas Federais se consolidaram como as instituições que ofereciam, essencial, mas não exclusivamente, o melhor ensino público de segundo grau, tanto pela qualidade das Escolas, como pela seleção severa de seus estudantes através de vestibulares, favorecendo tanto uma saída profissional promissora, quanto um bom desempenho no acesso às Universidades públicas. Durante estas duas décadas, sobretudo, nos dez primeiros anos, inexisteram as mais elementares liberdades democráticas nas instituições: a organização sindical dos funcionários era proibida, a repressão aos estudantes era brutal, e a gestão autoritária era cúmplice do regime. Mas as condições de trabalho e remuneração eram superiores às que existiam tanto

nas esferas públicas estaduais, quanto na rede privada." (Arcary, 2015, pag. 2-3)

O contexto histórico que Arcary faz, em que as escolas técnicas ofereciam nessa época o melhor ensino público de segundo grau e uma possibilidade dos estudantes ingressarem em universidades públicas gerou problemas. Nesse período a chegada de uma parcela cada vez maior ao ensino secundário gera uma obrigação ao Estado de ofertar para a população o ensino superior, onde é veiculada a Lei n. 5.692/1971, a qual expressa mais uma tentativa de adequar a educação as metamorfoses do capital. A referida lei modificou, em parte, a LDB de 1961, pois tornou obrigatória a profissionalização dos estudantes do ensino secundário, o que reforça a ideia de que a educação profissionalizante é tida como uma "válvula de escape", aliviando a pressão exercida pela sociedade por vagas nas universidades.

De acordo com Machado (1982), o profissional técnico que trabalhava nas empresas exercia um papel político fundamental para o capitalista, pois era ele que fazia o papel de mediador entre os funcionários de diversos setores e classes da empresa, como os administradores, engenheiros e os trabalhadores, sendo o elo que conciliava as necessidades da empresa as dos trabalhadores. Por essa importância do profissional técnico dentro das empresas, o governo tentou por meio da Lei n. 5.692/1971 fazer com que a profissionalização dos estudantes do segundo grau fosse obrigatória, e ao meu ver, por esse motivo também é que nessa época o ensino de segundo grau e os salários dos empregados eram melhor, como uma forma de incentivar o Ensino Técnico no país. Segundo Machado,

Existe sempre a possibilidade do técnico desempenhar um papel diferente, identificando-se com os interesses dos trabalhadores e a possibilidade de negação do que dele é exigido é uma questão fundamental para o capital. (MACHADO, 1989, p. 67).

A Lei n. 5.692/1971 não obteve sucesso. A dualidade estrutural do ensino existente na sociedade capitalista e a falta de recursos materiais fez com que aumentasse ainda mais as diferenças entre as escolas de ricos e pobres e distanciasse a educação propedêutica da profissional. Sendo assim, por meio da Lei n. 7.044/82 é resgatada a possibilidade das escolas optarem entre a oferta do ensino propedêutico ou técnico, sendo assim a obrigatoriedade da profissionalização do ensino chegou ao fim. De acordo com Pereira:

(...)as propostas educacionais desta década já nasciam frágeis em consequência de um Estado agigantado e corrompido por fortes práticas clientelistas que, na verdade só fortaleciam o grupo dominante da sociedade ao mesmo tempo em que deixava a educação pública em situação de ineficiência, quase absoluta. (PEREIRA, 1997, p. 21).

Por meio de muitas lutas dos movimentos sociais e da sociedade civil na reivindicação de um novo país, em 1988 temos a promulgação da Constituição Federal, sendo um marco histórico de suma importância para a expansão dos direitos sociais e para área educacional. A educação na Constituição está expressa em seus artigo 6 como um direito social, e os artigos 204 a 215 exemplificam como se dará este. Faz-se importante destacar o art. 206, onde o usuário da educação tem o direito a educação pública, gratuita e de qualidade, assim como os meios de acesso e permanência nas instituições de ensino.

Art.206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V- valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;

VI- gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII- garantia de padrão de qualidade. (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988)

Porém, mesmo em meio a tantos direitos conquistados, retomo a expressão "tudo que é solido se desmancha no ar", já que com o Governo Collor (1990 - 1992) esses foram gradativamente desmontados segundo a lógica neoliberal que se alastrava no país, levando assim a desresponsabilização do Estado, tornando-o ineficiente para conseguir gerir as políticas públicas. Fazendo uma análise crítica, podemos constatar que no governo Collor já deu início a contrarreforma do Estado, a qual se concretizou no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2003). Nas palavras de Faleiros

"A sociabilidade capitalista que despontou no Brasil nos anos 1990 vem demandando uma educação capaz de conformar o "novo homem" de acordo com os pressupostos técnicos, psicológicos, emocionais, morais e éticos-políticos da flexibilização do trabalho"- (Falleiros, 2005: 211).

Sendo assim, no próximo capítulo irei discorrer sobre a educação profissional em tempos de contrarreforma do Estado.

Capítulo 2 - Educação profissional em tempos de Contrarreforma do Estado

Nesse capítulo será realizada a discussão sobre as mudanças que a educação teve desde 1990 até a Constituição Federal de 1988, ressaltando como o Reforma do Aparelho do Estado influenciou o papel da educação, modificando-a. O foco de abordagem será na Educação profissional. Logo em seguida, tem-se um análise sobre os impacto do orçamento nos direitos sociais, destacando a importância desse na consumação das políticas públicas.

2.1 A política social da educação em tempos de contrarreforma do Estado e a particularidade da educação profissional.

O neoliberalismo surge no fim dos anos 1960 e início de 1970, como coloca Harvey (2008), o neoliberalismo foi um projeto ético político das corporações capitalistas que se sentiram ameaçados, devido as crises recorrentes do capital que geravam uma onda de desemprego crescente e inflação acelerada, o que fez os movimentos sociais de vários países como Europa e Estados Unidos ganharem força e reivindicarem os seus direitos.

Nesse bojo, as grandes corporações sentiram-se ameaçadas tanto na sua política, quanto na economia, e o capital na busca incessante da sua recomposição das taxas de lucro teve que buscar meios para se reinventar, e os primeiros cortes foram nos direitos sociais. O que ocorreu foi a desregulamentação na economia, redução do papel do Estado e flexibilização dos direitos dos trabalhadores, sendo assim, o liberalismo renasce como o neoliberalismo.

O Brasil na década de 1990, passava por grandes transformações, devido a lógica neoliberal e as imposições do mercado financeiro internacional. De acordo com Antunes (2005), no governo Collor se deu início ao neoliberalismo no Brasil, mas foi intensificado no governo FHC, com uma "nova racionalidade". O que acarretou em 1995 na formulação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado durante o governo do Fernando Henrique Cardoso(1995 - 2002).

Essa "reforma" veio para negar todos os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores inscritos na carta magna de 1988. Segundo o plano, a Constituição de 1988 foi um "retrocesso burocrático", pois engessou o aparelho estatal, tornando o Estado rígido, lento e ineficiente. Seu objetivo central é reformular a administração pública brasileira,

É preciso agora dar um salto adiante, no sentido de uma administração pública que chamaria de "gerencial", baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão, que, numa sociedade democrática, é quem da legitimidade às instituições e que, portanto, se torna "cliente privilegiado" dos serviços prestados pelo Estado. (BRASIL, 1995, p.1)

Os termos utilizados no plano, geram um retrocesso sem igual. Primeiro ele sugere uma administração gerencial. Esse tipo de administração considera o Estado uma grande empresa cujos serviços são destinados aos seus clientes, outrora cidadãos; na eficiência dos serviços, na avaliação de desempenho e no controle de resultados.

Esses resultados são atingidos por meio da eficiência, outro termo que sofre grande influência neoliberal, pois a palavra eficiência quer dizer produzir mais com menos recursos, um dos conceitos centrais dentro das empresas privadas. Em um segundo momento o Plano Diretor discorre que o cidadão será um "cliente privilegiado", o que nos tira o título de cidadãos de direito e nos torna um mero cliente, pois de acordo com o plano nós seremos vistos como contribuintes de impostos (pág 8). Pela análise desse pequeno trecho podemos perceber um "conservadorismo disfarçado" onde o seu real intuito é privatizar a máquina pública, implicando assim no desmonte de todos os direitos conquistados arduamente pela sociedade e movimentos sociais.

(...) argumenta-se que o problema está localizado no Estado, donde é necessário refuncionalizá-lo para novas requisições, corrigindo distorções e reduzindo custos; enquanto isso, a política econômica corrói aceleradamente os meios de financiamento do Estado brasileiro por intermédio de uma inserção na ordem internacional que deixa o país à mercê dos especuladores no mercado financeiro, de forma que todo o esforço de redução de custos

preconizado escoa pelo ralo do crescimento galopante das dívidas interna e externa. (BEHRING, 2003, pág. 199)

Outro trecho que merece destaque ao analisarmos o plano diretor é o tópico que discorre sobre as organizações sociais e publicização,

(...) a "publicização" dos serviços não-exclusivos do Estado, ou seja, sua transferência do setor estatal para o público não-estatal, onde assumirão a forma de "organizações sociais". O projeto das Organizações Sociais tem como objetivo permitir a descentralização de atividades no setor de prestação de serviços não-exclusivos, nos quais não existe o exercício do poder de Estado, a partir do pressuposto de que esses serviços serão mais eficientemente realizados se, mantendo o financiamento do Estado, forem realizados pelo setor público não-estatal. (BRASIL, 1995, p. 36)

Conforme o que propõe esse trecho, a saúde, a educação a cultura e outros direitos sociais serão responsabilidades do setor, "público não-estatal" quer dizer um serviço a ser prestado por organizações privadas. Essas organizações privadas podem se dar de duas formas: por meio das organizações filantrópicas, como as organizações sociais, que são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos as quais dependendo de aprovação, podem fazer jus ao orçamento do Estado e as privatizações também podem ocorrer por meio do mercado onde a vende de direitos sociais como saúde e educação são mercantilizadas, onde o Estado assume o papel de financiador e regulador.

Sendo assim, essa mudança é falaciosa, pois a medida que esses setores são privatizados, uma menor parte da população vai ser atendida, já que agora eles serão prestados por empresas privadas que almejam apenas o mercado e o lucro. De acordo com Behrin (2014), o termo *publicização* "é uma novidade da reforma que atinge diretamente as políticas sociais. Trata-se da produção de serviços competitivos ou não-exclusivos do Estado, estabelecendo-se parcerias com a sociedade para o financiamento e controle social de sua execução. O Estado reduz a prestação direta de serviços, mantendo-se como regulador e provedor."

Segundo a autora já citada, em sua obra *Brasil em Contra-Reforma* (2003), o que de fato ocorreu não foi uma reforma do aparelho do Estado, mas

sim uma contrarreforma "conservadora e regressiva", pois se teve uma reconfiguração da precarização das relações de trabalho e sua flexibilização. O Estado nessa nova fase do capitalismo contemporâneo, deixa de ser um executor e garantidor de direitos, para apenas gerir e administrar de forma "eficiente", buscando alcançar metas para então agradar o novo "cliente privilegiado".

Esse período de contrarreforma tem implicações na política da educação a partir da década de 90, pois a educação foi uma ferramenta usada para a manipulação e imposição do modo de produção vigente.

No governo do Fernando Henrique Cardoso, houve o crescimento da política Neoliberal, a mesma estava presente em toda esfera social, sendo assim foi diminuída do Estado a responsabilidade com a educação pública, dando apoio à iniciativa privada no que se refere à educação, acarretando em uma explosão de escolas e faculdades particulares. Esse cenário gerou um sucateamento das instituições públicas de ensino, diminuição na qualidade da educação pública e a compreensão da educação como mercadoria e conseqüentemente uma descrença nelas. De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos, (2005, p.11) :

A política de educação profissional do governo FHC não se resumiu ao ensino técnico. Ela abrangeu ações voltadas para a qualificação e a requalificação profissional, desviando a atenção da sociedade das causas reais do desemprego para a responsabilidade dos próprios trabalhadores pela condição de desempregados ou vulneráveis ao desemprego. Esse ideário teve nas noções de "empregabilidade" e "competências" um importante aporte ideológico, justificando, dentre outras iniciativas, projetos fragmentados e aligeirados de formação profissional, associados aos princípios de flexibilidade dos currículos e da própria formação.(FRIGOTTO, CIAVATTA E RAMOS, 2005, p. 11)

Nesse cenário o Presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96, a qual é a expressão de interesses diversos existentes na sociedade brasileira e fruto de acordos internacionais, que enxergam no sistema educacional um *locus* que atua em favor do capital. De acordo com Vieira (2011) em 1990 o Brasil realizou os pactos:

[...] Conferência Internacional de Educação para Todos, Jomtien, Tailândia,

1990; a Declaração de Nova Delhi, Índia, 1993; a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, Cairo, Egito, 1994; a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Social, Copenhague, Dinamarca, 1995; a 4ª Conferência sobre a Mulher, Beijing, China, 1995; a Afirmação de Aman, Jordânia, 1996; a 45ª Conferência Internacional da Unesco, Genebra, Suíça, 1996 e a Declaração de Hanburgo, Alemanha, 1997. (VIEIRA, 2001, p. 17).

A educação profissional está presente na Lei em seus artigos 39 ao 42, faz se importante destacar:

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º-A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – de educação profissional técnica de nível médio;

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Art. 42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

De acordo com Pereira (2000), o ensino profissional na LDB n. 9.394/96 possui as seguintes possibilidades:

[...] A educação profissional será destinada não somente aos alunos matriculados ou egressos do ensino fundamental, médio e superior, mas também, ao trabalhador em geral, jovem ou adulto, que optar por esta

modalidade de ensino. Esta, poderá ser ministrada em instituições especializadas ou no próprio ambiente de trabalho, oferecendo certificados para prosseguimento ou conclusão de estudos, avaliados através do conhecimento adquirido. Oferecerá também, além de seus cursos regulares, cursos abertos para a comunidade, aproveitando a capacidade profissional dos interessados e não somente o nível de escolaridade (Pereira, 2000, p.22).

A referida Lei vai ao encontro do projeto político neoliberal, um exemplo dessa afirmativa podemos encontrar no artigo 36-A, em que dispõe sobre a educação profissional técnica de nível médio, tendo como objetivo preparar os estudantes para o exercício de profissões técnicas. Esse artigo deixa claro que a educação técnica de nível médio vai preparar o estudante para exercer as funcionalidades efêmeras do capital, com o intuito de fazer o estudante entrar no mercado de trabalho de forma rápida, mas em contrapartida precarizada. É tão sério vincular o ensino médio com a educação profissional, pois de certa forma esse tipo de educação já vai induzir o aluno que está saindo do ensino médio a exercer um trabalho técnico, quando ele poderia estar tendo uma educação plural, emancipadora e crítica.

Foi nesse período que o governo instituiu o decreto 2.208/97 que visava uma reforma da educação profissional. Essa possui um traço marcante, que é a suposta necessidade de adequação da escola, do ensino, às tendências mais recentes do mercado de trabalho, como a racionalização, padronização, flexibilidade e a produtividade, deixando em segundo plano a formação crítica, humanizadora e emancipatória para promover uma educação tecnicista, precarizada e acrítica. Como explica Carvalho:

O decreto n. 2.208/97 um reforço da dualidade educacional à medida que impõe ao ensino técnico um conteúdo restrito, direcionado exclusivamente para a instrumentalização produtiva, portanto, uma medida que reforça a hegemonia burguesa no que tange à relação trabalho e educação. (CARVALHO, 2012, p.140).

De acordo com Souza, Ramos e Deluiz (2007), foi o decreto 2.208/97 e não a LDB, que de fato regulamentou a Educação Profissional no Brasil, definindo-a como o ponto de articulação entre a escola e o mundo do trabalho. Suas funções foram assim descritas: a) qualificar, requalificar e

reprofissionalizar trabalhadores em geral, independentemente do nível de escolaridade; b) habilitar jovens e adultos para o exercício de profissões de nível médio e de nível superior; e c) atualizar e aprofundar conhecimentos tecnológicos voltados para o mundo do trabalho. Essas atribuições estariam condensadas, respectivamente, nos Níveis Básico, Técnico e Tecnológico da Educação Profissional, prevendo-se, ainda, cursos de atualização, aperfeiçoamento e especialização técnica.

Segundo os mesmos autores, a reforma da educação profissional que aconteceu no governo Fernando Henrique Cardoso estabeleceu três funções para a educação profissional, sendo elas, a constituição de um nível de formação desvinculado do pré-requisito de escolaridade, a separação formal e curricular dos ensinos médio e técnico, mantida a conclusão do primeiro como pré-requisito para a diplomação no segundo, e a concepção da formação profissional em itinerários ou trajetórias flexíveis. Pode se concluir que essas medidas adotadas pelo governo FHC deu a educação profissional uma identidade própria, desvinculando-a do sistema formal de educação, e criando um campo novo e complexo que possui um viés conservador.

Nas palavras de Frigotto e Ciavatta (2011, p.626) o decreto:

teve um efeito perverso de consolidação da fragmentação entre educação geral e a formação profissional [...] e é uma síntese emblemática do ideário da educação para o mercado, separando o ensino médio da educação profissional (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2011, p. 626).

Nesse período o Brasil estava lutando no cenário internacional para conquistar um espaço de destaque no que se refere à economia. Tendo em vista esse objetivo, de adequar o país a lógica do capital internacional, houve um empenho do governo voltado para a capacitação da população especificamente para o mercado de trabalho, sendo os cursos técnicos pensados como uma solução para essa diretriz. Em contra partida, essa mão de obra que está sendo inserida de forma rápida no mercado, flexibiliza ainda mais a relação de trabalho, fazendo com que os trabalhadores sejam submetidos a salários extremamente baixos, em vista da capacidade técnica

reduzida, e do atual momento histórico de ajuste fiscal.

Podemos concluir que a educação profissional está urgida por um processo econômico – porque não dizer político – globalizado, semiotizado, excludente e em mutações constantes que obriga o ser humano da pós modernidade adaptar-se, evoluir a todo momento, para responder as novas mutações do mercado.

No atual estágio de construção do conhecimento pela humanidade, a dicotomia entre conhecimento geral e específico, entre ciência e técnica, ou mesmo a visão de tecnologia como mera aplicação da ciência deve ser superada, de tal forma que a escola incorpore a cultura técnica e a cultura geral na formação plena dos sujeitos e na produção contínua de conhecimentos. As relações nas unidades escolares, por sua vez, expressam a contradição entre o que a sociedade conserva e o que revoluciona. Essas relações não podem ser ignoradas, mas devem ser permanentemente recriadas, a partir de novas relações e de novas construções coletivas, no âmbito do movimento socioeconômico e político da sociedade. (SOUZA, 2008, p. 49)

Frente a esse processo econômico e globalização que estamos vivendo, falar do orçamento é fundamental, por isso no próximo tópico será feita a análise do orçamento, e a sua importância para os direitos sociais.

2.2 Orçamento e fundo público a luz dos direitos sociais nos dias atuais

O Fundo Público está intrinsecamente ligado ao trabalho e a acumulação capitalista. Conforme Salvador e Teixeira (2014, p.16)

No capitalismo contemporâneo o fundo público exerce uma função ativa nas políticas macroeconômicas sendo essencial tanto na esfera da acumulação produtiva quanto no âmbito das políticas sociais, dessa forma o fundo público tem papel relevante para a manutenção do capitalismo na esfera econômica e na garantia do contrato social.

Os recursos desse fundo advêm da força de trabalho, dos valores construídos socialmente, da geração da mais valia (D-M-D'), que são cobrados da sociedade por meio dos tributos. Nas palavras de Behring (2010), o fundo público se forma a partir de uma punção compulsória — na forma de impostos, contribuições e taxas — da mais-valia socialmente produzida, ou seja, é parte do trabalho excedente que se metamorfoseou em lucro, juros ou renda da terra e que é apropriado pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções. O fundo público atua na reprodução do capital, retomando, portanto, para seus segmentos especialmente nos momentos de crise; e na reprodução da força de trabalho, a exemplo da implementação de políticas sociais.

Segundo Salvador (2012), O fundo público está presente na reprodução do capital nas seguintes formas:

1. Como fonte importante para a realização do investimento capitalista. No capitalismo contemporâneo, o fundo público comparece por meio de subsídios, de desonerações tributárias, por incentivos fiscais, por redução do Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil base tributária da renda do capital como base de financiamento integral ou parcial dos meios de produção, que viabilizam a reprodução do capital.
2. Como fonte que viabiliza a reprodução da força de trabalho, por meio de salários indiretos, reduzindo o custo do capitalista na sua aquisição.
3. Por meio das funções indiretas do Estado, que no capitalismo atual garante vultosos recursos do orçamento para investimentos em meios de

transporte e infraestrutura, nos gastos com investigação e pesquisa, além dos subsídios e renúncias fiscais para as empresas.

4. No capitalismo contemporâneo, o fundo público é responsável por uma transferência de recursos sob a forma de juros e amortização da dívida pública para o capital financeiro, em especial para as classes dos rentistas (SALVADOR, 2012, p.7).

Sendo assim, o fundo público é usado em prol do capitalismo. Primeiro o Estado ver quais são as necessidades do capital naquele momento (que se renovam a todo instante), e depois sanadas essas necessidades o que resta do fundo público é usado nas políticas sociais.

Os direitos sociais estão diretamente ligados ao fundo público, pois é por meio desse que as políticas sociais são ou deveriam ser materializadas. Porém o que ocorre nos dias atuais é um desmonte das políticas sociais, pois no modo de produção capitalista essas políticas não são apenas sociais, mas sim econômicas, o que gera ambigüidade, visto que as políticas sociais nunca estiveram na prática livres das relações de poder.

De acordo com Boschetti (2014), o que vem acontecendo com as políticas sociais não são inovações no sentido da redistribuição da renda do capital para o trabalho, nem de uma melhora estrutural na condição de vida da classe trabalhadora, o que de fato ocorre é o retrocesso das conquistas e dos direitos obtidos em décadas anteriores, segundo a fala da autora, a dívida do país está diminuindo mas o dinheiro que financia é o que deveria ser repassado para as políticas sociais, mas na realidade são desviados para o pagamento dos juros da dívida do país.

Outro fator que incide nos direitos sociais são as desonerações tributárias que ocorrem por meio dos chamados gastos tributários. Esses de acordo com Salvador e Teixeira (2014) são despesas indiretas que, em princípio, poderiam ser substituídas por um gasto público alocado no orçamento e aparecem no sistema tributário por meio de isenções, deduções,

abatimentos, imunidades, presunções creditícias e outros benefícios de natureza tributária, reduzindo a arrecadação potencial do tributo.

O que ocorre é que as empresas são desoneradas de pagarem os tributos, como exemplo a exoneração do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) como forma de incentivo em tempos de crise do capital, e essa exoneração recai sobre as políticas sociais, pois esse dinheiro que o Estado deixou de arrecadar é o mesmo que iria custear as políticas sociais.

Segundo estudo realizado por Albuquerque e Salvador (2011) mais de R\$ 20 bilhões foram desapropriados da educação federal e aproximadamente R\$ 13 bilhões deixaram de ser investidos e educação nos Estados e municípios. De acordo com outro estudo realizado por Alvarenga (2012) as renúncias tributárias na área da educação no período de 2010 - 2011 no mínimo dobraram, a evolução foi de 337,5% (de R\$ 1,6 bilhão para R\$ 7,0 bilhões). São números assustadores e problemáticos, o que reforça a ideia de que o Estado é funcional ao sistema capitalista, pois sobrepõe as necessidades do capital as necessidades humanas.

O orçamento público é a expressão mais visível do fundo público (SALVADOR, TEIXEIRA, 2014). E, em sentido resumido, o orçamento é uma peça técnica usada para a previsão de receitas e a fixação de despesas, é um instrumento de execução para o planejamento do governo. Mas, para além dessa definição técnica, o orçamento é um instrumento político de correlação de forças sociais antagônicas de disputa de interesses, sendo assim interfere diretamente a realidade econômica e social. Segundo OLIVEIRA (2012)

O orçamento pode ser visto, portanto, como o espelho da vida política de uma sociedade, uma vez que registra e revela, em sua estrutura de gastos e receitas, sobre que classe ou fração de classe recai o maior ou o menos ônus da tributação e as que mais se beneficiam com os seus gastos.

No Brasil o primeiro orçamento foi elaborado em 1830 para o exercício de 1831 por meio da lei de 14 de dezembro de 1927. A partir desse momento e

considerando que o orçamento está inserido no processo histórico, onde é diretamente influenciado pelo meio, ao longo do tempo e de acordo com as mudanças de governo, sofreu várias mudanças.

É importante destacar o período entre 1937 - 1945 no governo de Getúlio Vargas, em que o orçamento com o chamado Estado Novo - ditatorial - passou a ser do tipo executivo, todas as decisões estavam centradas apenas no Poder Executivo, não teria mais o voto e aprovação do Poder Legislativo, sendo assim as vontades do governo eram impostas para os cidadãos.

Com a queda de Vargas e a ascensão de Eurico Gaspar Dutra, em 1946, o orçamento no Brasil voltou a ser do tipo misto, agora o Poder Legislativo tinha novamente a competência para votar e aprovar a proposta de elaboração e execução do Executivo. Porém em 1964 com o golpe militar, o orçamento voltou a ser centralizado apenas no poder Executivo, conforme OLIVEIRA (2012 p.40).

O Brasil, no período compreendido entre 1964-1984, quando vigorou o Estado burocrático-autoritário, constituiu um exemplo conspícuo de ocorrência de uma completa desfiguração do processo orçamentário. Seus principais princípios foram violados e/ou obscurecidos, como os da unicidade, da transparência e do equilíbrio, e o orçamento transformado em instrumento funcional para os novos donos do poder viabilizar seus planos e projetos, descaracterizando-o enquanto instrumento de controle do Estado, da gestão de suas contas e de planejamento.

O fim do regime militar, em 1985, gerou novamente mudanças, sendo o marco para o orçamento no Brasil a promulgação da Constituição Federal de 1988, pois o orçamento passou a ser um instrumento para democracia e de controle do Estado. Para que de fato ocorresse esse controle, e um melhor planejamento do orçamento, foram criados três instrumentos que norteiam a elaboração do orçamento, o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Nas palavras de OLIVEIRA (2012, p. 42).

A nova moldura orçamentária legada pela Constituição de 1988 representou, de fato, uma grande contribuição para a construção de um Estado democrático. Recuperou formalmente as condições para o processo de planejamento, fortaleceu o poder do Legislativo na sua definição, integrou os níveis nacional, regional e setorial, preocupou-se com a questão relativa às desigualdades regionais de renda e transformou-se num instrumento potencial de controle da sociedade sobre o Estado.

Conforme elucida Salvador e Teixeira (2014) No bojo destas mudanças, na contramão da história do orçamento brasileiro, a CF/88 introduziu dispositivos legais na direção de assegurar um orçamento público transparente e aberto à participação da sociedade. Mas, isso não foi o suficiente para que houvesse um controle efetivo no orçamento público. Por um lado o orçamento obteve significativos progressos, e de outro com a orientação política-econômica neoliberal que vão de encontro com o que está expresso na Constituição. Dessa forma, o orçamento em vez de ser um instrumento de controle das contas públicas, corrobora para a corrupção dos recursos públicos. Segundo OLIVEIRA (2012, p. 50).

Apesar de todos esses avanços, na prática quase nada funcionou e o orçamento, longe de se transformar em eficiente instrumento de administração e planejamento das contas públicas funcionou, na realidade, como um esquema de corrupção e malversação dos recursos públicos.

Como exemplo do exposto acima, faz-se importante destacar que, uma parcela da receita do orçamento é usada erroneamente para o pagamento dos juros da dívida pública. De acordo com os estudos realizados por Salvador (2015), a Tabela 1 mostra que durante o primeiro governo da Dilma Rousseff a dívida pública afeta uma parcela significativa dos orçamentos da seguridade social e fiscal, na forma de juros e encargos da dívida e no pagamento de amortização da dívida para o setor financeiro da economia. "No período de 2011 a 2014, foram destinados R\$ 1,5 trilhão ao pagamento de juros e de

amortização da dívida, o que equivale a 24,13% do montante total de recursos do orçamento público federal (fiscal e seguridade social)." (SALVADOR, 2015, pag. 11)

Tabela 1 – Gastos por Grupos de Natureza de Despesas: Orçamento da União⁽¹⁾

Valores constantes, em bilhões (R\$), deflacionados pelo IGP-DI

GND	2011	2012	2013	2014	Var. 2011 a 2014
Amortização da dívida (2)	125,50	378,99	131,56	200,98	60,15%
Inversões financeiras	40,61	46,47	57,61	65,13	60,39%
Investimentos	21,94	26,16	21,82	22,76	3,72%
Juros e encargos da dívida	168,44	158,82	158,37	179,48	6,56%
Outras despesas correntes	817,37	840,08	879,61	946,51	15,80%
Pessoal e encargos sociais	233,74	223,60	228,57	250,93	7,36%
Total do orçamento	1.407,60	1.674,12	1.477,54	1.665,79	18,34%
Participação de juros mais amortização	20,88%	32,12%	19,62%	22,84%	-

Fonte: STN. SIGA Brasil.

Elaboração própria.

Notas:

1) Somente o orçamento fiscal e da seguridade social (despesa liquidada). Consulta extraída em 27/01/2015.

2) Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da dívida pública (rolagem).

Segundo Oliveira (2012), o que se constituiu por trás desses números, são forças políticas e sociais que produzem esses resultados, os quais afetam a situação econômica e social da população, pelos impactos que exercem sobre a produção e a estrutura de distribuição de renda. Sendo assim, o orçamento que deveria ir para a seguridade social e fiscal, na realidade vão em grande parte para o pagamento da dívida e juros do país, e quem está financiando esse pagamento são os trabalhadores.

O orçamento passa por modificações cosméticas ao longo da história brasileira, sendo uma arma poderosa para a competente elite econômica permanecer a frente das decisões, tornando a pizza social⁶ brasileira um escândalo comparado somente ao que afetou e deu início ao declínio da idade média. Seria por intermédio do orçamento que um país deveria valorizar seus contribuintes, aquele que contribui, investindo em áreas essenciais como educação, saúde, assistência e segurança, mas perceber tal fato na república do "gigante pela própria natureza" seria tarefa para o pensador do jazz e sua criatividade.

⁶ Referência usada no livro de Gilberto Dimenstein, "Cidadão de papel", 1993, para descrever

a pseudo divisão renda no Brasil.

Tornar a divisão dessa pizza mais justa, passa pelo entendimento da atual complexidade do sistema tributário brasileiro para que propostas serias de mudanças nessa vergonhosa relação de juros e distribuição de arrecadação atinjam positivamente os trabalhadores.

Capítulo 3 - Caracterização do Gasto da Educação Profissional no período do Governo do Partido dos Trabalhadores

3.1 Levantamento histórico sobre a educação profissional no governo do partido dos trabalhadores

O Presidente Luis Inácio Lula da Silva, foi eleito em outubro de 2003 pela população, que almejava mudanças na estrutura do país, principalmente no que diz respeito aos direitos sociais. Lula inicia o seu discurso de posse com os seguintes vocábulos: "Companheiros e companheiras, "Mudança", esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos." (Site UOL, 2003)

Durante o governo do partidos dos Trabalhadores o que a sociedade esperava é que ocorressem mudanças estruturais, pois o PT nasceu no terreno de luta de classes. Porém, segundo Lair Lacerda (2016) o PT é um paradoxo, pois mesmo nascendo nesse terreno fértil de lutas, foi influenciado pelas ideias político-econômicas neoliberais.

Com um governo de esquerda no poder, por um momento pareceu ser possível a incorporação das bandeiras de luta dos movimentos sociais da educação, que almejavam romper com a dualidade e diferença de uma educação para o trabalho simples e uma educação para o trabalho complexo. Entretanto, as políticas de educação profissional do Ministério da educação foram de encontro com as bandeiras de luta dos movimentos sociais e com as propostas iniciais do governo Lula. Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) o governo do partido dos trabalhadores “tornou-se expressão de um bloco

heterogêneo dentro do campo da esquerda e com alianças cada vez mais conservadoras. (FRIGOTTO, CIAVATTA E RAMOS, 2005, p.4).

Uma das reivindicações da sociedade era a revogação do decreto n. 2.208/97. De fato este ato normativo foi revogado e em seu lugar instituído o decreto n. 5.154/2004 o qual reforçou a política neoliberal, pois manteve as mesmas modalidades do decreto n. 2.208/97, como o ensino profissional simultâneo e sequencial ao ensino médio e trouxe uma nova roupagem a equiparação de outras modalidades de ensino ao ensino médio, porém no novo decreto o nome que se deu foi ensino médio integrado, dessa forma ele reafirmou com outras palavras e outros programas a política neoliberal.

Esse fato torna o decreto antagônico, pois a política de educação profissional no governo Lula processou-se mediante programas focais e contingentes, a exemplo dos seguintes: Escola de Fábrica, Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e do Inclusão de Jovens (PROJOVEM), esses programas reforçam a dualidade técnica e humana no interior do sistema de educação profissional, pois a educação técnica está implantada numa perspectiva de sociedade que enxerga a formação dos trabalhadores como artefato a ser dominado pelos princípios da economia neoliberal. (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005, p.1090).

De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos o decreto n. 5.154/2004 é um documento híbrido pois emergiu de um conjunto de disputas e contradições que, tem que ser compreendido por meio das disputas internas da sociedade, nos estado e nas escolas. Sabe-se que a correlação de forças existentes no plano conjuntural da sociedade é a realidade e não a lei propriamente dita, por isso o decreto tem que ser interpretado como um ganho político, e também como sinais de alterações pelos que não querem se identificar com o *status quo*, caso contrário o decreto será apropriado pelo conservadorismo e pelos interesses exigidos no mercado.

Nesse mesmo período foi veiculado o parecer n.39/2004 que teve como objetivo atualizar as Diretrizes Curriculares Nacionais vigentes ao que estava

disposto no decreto n. 5.154/2004, o que foi contraditório, pois o que ocorreu foi a manutenção das concepções fragmentadas de educação profissional com a finalidade de atender as necessidades do mercado, que permearam o decreto n. 2.208/97. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) apontam que o referido parecer afirma que, para se implantar a nova forma introduzida por esse decreto, que é a integração do ensino médio com a educação profissional, é exigida uma nova e atual concepção, que deverá partir do que prescreve o § 2º do Art. 4º do referido Decreto. (PARECER n. 39/2004, p. 403). Com isso o parecer afirma a sua contraditoriedade mencionada no início do parágrafo, pois como se tem uma nova e atual concepção político pedagógica, mantendo as mesmas diretrizes definidas para o ensino médio e para a educação profissional? Nas palavras de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 1095).

A manutenção da validade das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional, após a edição do novo decreto dá continuidade à política curricular do governo anterior, marcada pela ênfase no individualismo e na formação por competências voltadas para a empregabilidade. Reforça-se, ainda, o viés adequacionista da educação aos princípios neoliberais. Neste particular, reafirma-se um dos fetiches ou uma das vulgatas, insistentemente afirmada nos oito anos de Governo Fernando Henrique Cardoso, de que o Brasil não havia falta de empregos, mas de "empregáveis". (FRIGOTTO, CIAVATTA E RAMOS, 2005, p. 1095)

Em 2005 ,foi aprovado o Decreto 5.622/05, o qual regulamentava a Educação a Distância no Brasil, em diversos níveis de ensino, entre eles o ensino técnico de nível médio. Seguindo a ordem cronológica e o foco na expansão da educação profissional no Governo PT, em 2007 o Decreto 6.301 - Institui o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil, o qual mais tarde foi revogado pelo Decreto 7.589/11 - Institui a Rede e-Tec Brasil.

A diferença é que ampliou-se a e-Tec para a Rede e-tec, aderindo as escolas do Sistema S e as escolas profissionalizantes que são vinculadas à rede estadual. De acordo com Costa (2012), a finalidade da União em dividir as responsabilidades com as entidades privadas tem a intenção clara de diminuir a sua responsabilidade, e dessa forma utilizar menos recursos na educação pública. Sendo assim, duas práticas neoliberais estão sendo contempladas, a primeira é que menos recursos serão transferidos para a educação, restando

mais para financiar os grupos empresariais, em especial os bancos, a segunda é que a partir do momento que a União financia os cursos privados com o dinheiro público, ela aquece o mercado educacional, nas ofertas não gratuitas de educação e na produção de livros.

Em 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE), cujo tópico 2.3 mencionava os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) defendendo a criação dos mesmos, "como modelos de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica para uma atuação integrada e referenciada regionalmente". (BRASIL, 2007a, p. 31).

Segundo o PDE os IFETs têm como objetivo:

(...) oferecer educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio; orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais; estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão (BRASIL, 2007a, p. 31).

No mesmo ano foi publicado o Decreto nº 6.095 o qual também situa as diretrizes para o processo de integração das instituições federais de educação profissional e tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica e estabelece as condições para a mudança de modelo institucional. Faz-se importante destacar no decreto o seu art. 9 § 1º, onde:

Art. 9º Os projetos de lei de instituição dos IFETs proporão estruturas dotadas de autonomia, nos limites de sua área de atuação territorial, para a criação e extinção de cursos, mediante autorização do colegiado superior competente para a matéria acadêmica.

§ 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e cursos da educação superior, os IFETs serão equiparados a universidades.

Dessa forma a partir desse decreto, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia seriam equiparados a Universidades, além de todos os programas já existentes a rede também contaria agora com cursos de nível superior, o que leva a um "agigantamento" precoce dos Institutos, que mais

uma vez são usados para responder a lógica mercantil, nas palavras de Lima (2015) No atual estágio da acumulação capitalista, a Educação Profissional e Tecnologia sofre uma necessária ressignificação, pois tecnologia e ciência passam a assumir a centralidade do profissional. (REIS, 2015, p.38).

Segundo Kátia Lima (2011), essa expansão da educação superior tem ligações diretas com o "compartilhamento" da concepção de educação como "ensino terciário" do Banco Mundial. O que pode-se constatar é que a educação superior está sendo estruturada para se adequar ao atual momento de acumulação do capital. Essa estruturação transita da privatização direta, passando pelo novo modelo de gestão, que foi introduzido pelo padrão gerencial e coroado com a ruptura da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e sobretudo a mercantilização do saber. Sendo assim esse processo fez da educação superior um campo de exploração bastante lucrativa para o capital em crise, aprofundando a disseminação das concepções neoliberais.

Apesar de já ter sido mencionada nas duas normas legais citadas acima a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica foi instituída de fato por meio do Decreto - Lei n. 11.892/2008, o qual criou 38 Institutos Federais a partir da fusão das instituições da rede federal profissional tecnológica já existentes. É oportuno destacar o artigo 2º da referida lei, onde fica claro qual são os seus campos de atuação;

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008, Art. 2º).

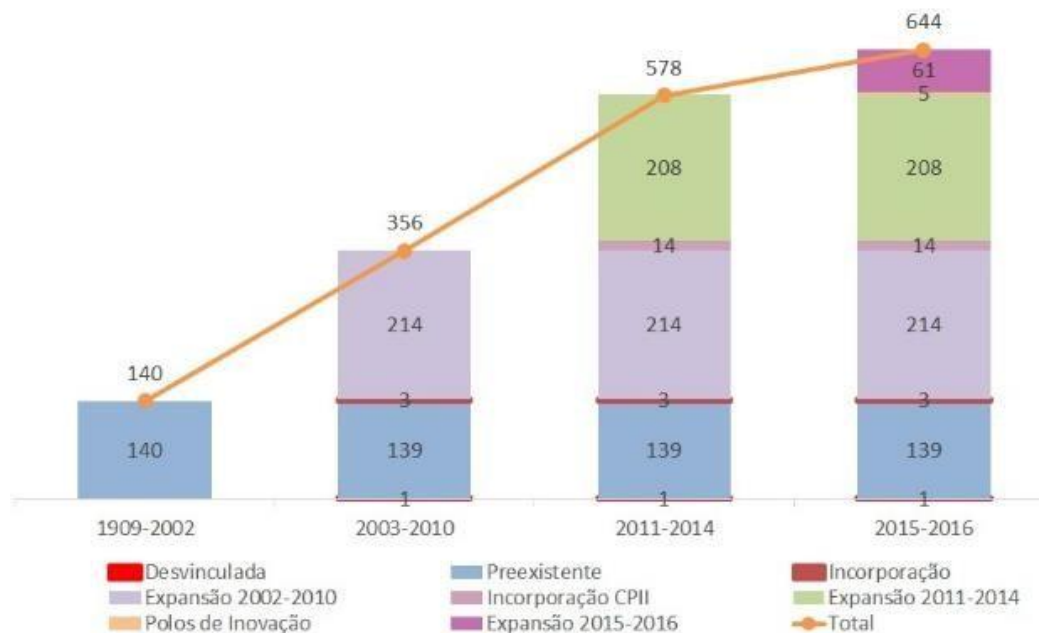
De acordo com Reis, (2015):

"A criação da rede dos IFs incorporou definitivamente esferas do ensino superior articulado com um plano de interiorização, enfrentou a necessidade do fortalecimento das licenciaturas, mas sobretudo atuou na formação de jovens e adultos e de nível médio vinculado com o técnico na perspectiva dupla de integração: formação profissional com a propedêutica e de tempo integral" (REIS, 2015, p. 36).

Para dar materialidade a todas as propostas e objetivos descritos no Decreto - Lei n. 11.892/2008, em um curto espaço de tempo e a passos largos, no período de 2008 a 2014 os institutos expandiram-se de forma nunca vista antes e viveu a maior transformação de sua história. Segundo Arcary (2015), no ano de 2002, os municípios que tinham os Institutos Federais somavam 120, num total de 140 *campi*; de 2003 a 2010, passaram a ser atendidos 321 municípios, totalizando 354 *campi*; de 2011 até 2015 a rede cresceu e atingiu 512 municípios e 562 *campi*, ou seja, 200 municípios e 208 *campi* a mais.

Realizando apenas algumas atualizações, no estudo de Arcary (2015), hoje os institutos contam com 644 unidades e abrangem 568 municípios. Os gráficos 1 e 2 a seguir demonstram esse aumento:

Gráfico 1 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades



Fonte: MEC/Expansão da Rede Federal, 2016

Gráfico 2 - Quantidade de municípios atendidos com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica



Fonte: MEC/Expansão da Rede Federal, 2016

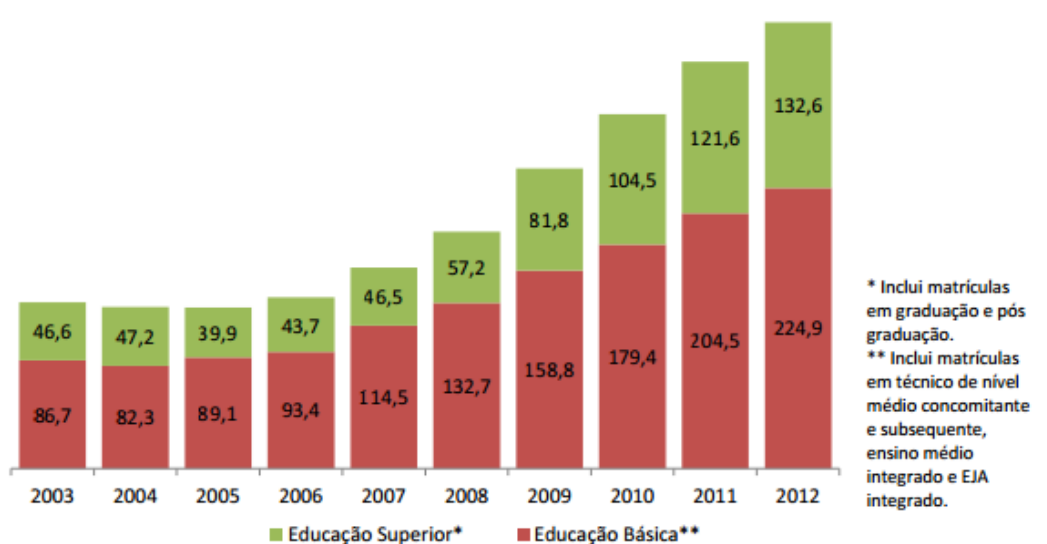
Sendo assim, hoje os Institutos são instituições que oferecem vários cursos como: licenciaturas, ensino médio integrado, cursos de nível superior, pós-graduação, mestrado, doutorado, Educação de Jovens e Adultos, Ensino a Distância e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Porém, todo esse crescimento acarretou na perda da concepção de educação em meio à complexidade de concepções, objetivos e noções políticas e sociais inerentes ao ensino médio e à Educação Profissional e Tecnológica.

De acordo com estudos de Reis (2015), a dualidade da educação profissional tecnológica procede do ambiente fragmentado e turvo das políticas em torno dessa educação e também do debate político e acadêmico. Na EPT existem dois níveis de dualidade, o primeiro nível mais aparente está ligado aos seus objetivos finais, vinculando à educação profissional a lógica neoliberal de mercado, o segundo nível dessa dualidade está no objetivo de

uma formação propedêutica, no sentido da unidade trabalho e cidadania, existente na Lei de Diretrizes e Bases.

Outro fator que merece destaque é o aumento constante das matrículas na rede Federal de Educação Tecnológica que pode ser observado no gráfico 3 a seguir:

Gráfico 3 - Brasil - Evolução das matrículas na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (em milhares) 2003-2012.



Fonte: MEC/Relatório Educação para todos no Brasil 2000-2015 (2014, p.38).

O gráfico 3 mostra a expansão das matrículas no período de 2003 à 2012, nesse intervalo de tempo as matrículas da educação básica cresceram aproximadamente 159% e as da educação superior 184% . Faz-se importante destacar que na fase de maior expansão e consolidação da EPT o aumento das matrículas do ensino médio e do ensino superior cresceram de forma rápida, sobretudo com a criação em 2008 dos Institutos Federais, provocando o aumento de aproximadamente 69% das matrículas da educação básica e 131% da educação superior.

Segundo o Relatório do Mec de (2015) o crescimento da educação profissional e tecnológica se deu através da expansão da rede federal e também com a criação e ampliação de vários programas que contam com a oferta da educação profissional técnica de nível médio, e outras modalidades como; formação inicial e continuada ou qualificação profissional e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Esse aumento dos institutos e das matrículas requer uma análise acerca dos recursos que foram e que são repassados para a educação profissional. Há insuficiência de recursos, levando a precariedade do ensino ofertado e muitas vezes a desistência de conclusão do curso por parte dos alunos. De acordo com ARCARY (2015), o repasse aos institutos

São insuficientes, porque em 2014, por exemplo, o governo federal gastou R\$ 978 bilhões com juros e amortizações da dívida pública, o que representou 45,11% de todo o orçamento efetivamente executado no ano. Essa quantia corresponde a 12 vezes o que foi destinado à educação. Parece evidente que esta prioridade é coerente com os interesses dos detentores dos títulos da dívida pública, e secundariza a necessidade de garantir 10% do PIB para a educação pública. (ARCARY, 2015, p. 8)

Sendo assim, considerando o orçamento como peça fundamental para falar sobre a expansão dos Institutos Federais, o próximo tópico tem como objetivo mapear e analisar o financiamento e os gastos do governo do Partido dos Trabalhadores.

3.2 Mapeamento da caracterização do gasto na educação profissional

O financiamento da educação no Brasil advém do fundo público federal, cujos recursos públicos são arrecadados por meio dos impostos, taxas e contribuições que são pagos pela sociedade. Como elucida Salvador 2012,

O fundo público ocupa um papel relevante na articulação das políticas sociais e na sua relação com a reprodução do capital. A presença dos fundos públicos na reprodução da força de trabalho e gastos sociais é uma questão estrutural do capitalismo. O fundo público envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, seja por meio das empresas públicas, pelo uso das suas políticas monetária e fiscal, assim como pelo orçamento público. Uma das principais formas da realização do fundo público é por meio da extração de recursos da sociedade na forma de impostos, contribuições e taxas, da mais-valia socialmente produzida, portanto, conforme Behring (2010) é parte do trabalho excedente que se transformou em lucro, juro ou renda da terra, sendo apropriado pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções. (SALVADOR, 2012, pag. 7)

Esse financiamento da educação é previsto na Constituição Federal, em seu Art. 212, o qual dispõe que " A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino." e em seu Art. 213 § 2º, o qual foi uma emenda constitucional recente, feita em 2015, e dispõe que:

As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público. (Constituição Federal, 1988, Art. 213).

No Plano de Desenvolvimento Institucional dos Institutos Federais (2014) o tópico 11 versa sobre a capacidade e sustentabilidade financeira dos institutos e dispõe que os gastos referentes às despesas com pessoal, manutenção de instalações, gastos relacionados às necessidades de investimentos dos Institutos, são providos, em grande parte, por recursos do orçamento público da União Federal e esses recursos são consignados anualmente no Orçamento Geral da União por meio de Lei específica (LOA).

Ainda analisando a parte no PDI que trata sobre o financiamento, o que nos chamou a atenção é que o documento fala que "grande parte" dos recursos são providos pelo orçamento federal, sendo que os outros recursos são providos pelo próprio instituto, na venda de produção vegetal, animal e derivados, serviços administrativos diversos, fornecimento de alimentação e aplicação de recursos na conta única. De acordo com o PDI,

Como estratégia de gestão financeira, além dos recursos oriundos do Tesouro, buscar-se-á parcerias e convênios, bem como aumentar a arrecadação de receitas próprias, a fim de assegurar a sustentabilidade de outros projetos não contemplados no PDI. (Plano de Desenvolvimento Institucional, 2014 - 2018, pág. 130)

O que está exposto no PDI, nos leva a concluir que o financiamento que está sendo repassado da União para os Institutos são insuficientes, fazendo com que esses busquem parcerias com os setores privados, e meios para se auto sustentar. Esses fatos constituem o primeiro passo para a privatização da educação, pois o Estado está sendo desresponsabilizado das suas obrigações. Não podemos esquecer que o objetivo da educação é produzir cultura, emancipação, conhecimento e não dinheiro.

A tabela 2 a seguir apresenta os valores corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, do percentual de crescimento do recurso que foi pago para a educação profissional realizarem seus programas e ações entre os anos de 2007 - 2015. Pode-se inferir que o percentual de crescimento não é linear, nem crescente, ele varia muito ao longo dos anos.

O que nos chama a atenção é que em relação ao ano de 2007 para o ano de 2008, podemos observar o menor percentual de crescimento do recurso pago, pois nesse período, estava eclodindo uma das expressões da crise do capital, a crise de 2008. No Brasil o governo Lula adotou algumas medidas anticíclicas como, Minha Casa Minha Vida, com o objetivo de minimizar os impactos dessa crise, sendo assim de 2009 para 2010 pode-se observar um crescimento no percentual do recurso pago, esse que em 2011 será novamente atingido pela desaceleração da economia.

Outro fator que chama atenção é que no ano de 2010 - final do segundo mandato do governo Lula - e no ano de 2013 - penúltimo mandato do governo Dilma - o orçamento foi usado como estratégia política para manter o governo do Partido dos Trabalhadores no poder, pois em 2010 o recurso pago cresceu 58,27% e em 2013 cresceu 47,28%. No período analisado esses dois anos foram os únicos que tiveram um aumento tão significativo.

Em 2012 temos uma queda de -45,50 e em 2015 de -27,84% do recurso repassado para os Institutos, contraditoriamente pode-se constatar nos gráficos apresentados anteriormente que nesses períodos a expansão dos institutos continuou crescente mesmo com esses déficits. O que nos faz propor a seguinte indagação: como expandir os institutos e ao mesmo tempo garantir uma educação equânime com uma queda de recursos? A única resposta é de que essa expansão se deu de forma precarizada e improvisada, e de acordo com Arcary (2015, p.7) " Na área da educação, a improvisação não é um bom critério. O empirismo e o voluntarismo, ou seja, insistir em reinventar a roda, desconhecendo as experiências internacionais em ensino politécnico, pode parecer ser um caminho mais rápido. Porém, o que é mais rápido, frequentemente, não é o melhor".

Tabela 2 - Percentual de Crescimento do Recurso Pago na Educação Profissional 2007-2015

Ano	Recurso Pago	Percentual de Crescimento
2007	1.970.756.638,50	-
2008	2.371.877.637,65	20,35%
2009	3.003.155.923,59	26,61%
2010	4.753.189.084,29	58,27%
2011	5.964.952.268,68	25,49%
2012	3.250.833.476,00	-45,50%
2013	4.787.852.390,08	47,28%

2014	6.060.381.314,16	26,57%
2015	4.373.103.157,65	-27,84%
Varição 2007/2015		121,89%

Fonte: Siga Brasil. Deflacionado por IGP DI. Elaborado própria, a partir dos dados extraídos por Sandra Oliveira Teixeira

Seguindo as análises orçamentárias, a tabela 3 revela o percentual de execução do orçamento que foi previsto e o quanto foi executado. Podemos perceber que em nenhum ano foi executado 100% do recurso previsto, e os períodos que tiveram o maior percentual de execução foi em 2007 com 74,58%, período de reeleição do presidente Lula e em 2010 com 75,75%, ano em que ele estava encerrando o seu segundo mandato com objetivo de manter o governo do Partido dos Trabalhadores no Poder.

Esse números nos mostram que o orçamento é erroneamente moldado de acordo com os interesses políticos, usado como estratégia. Segundo estudos de Salvador (2010) o orçamento pode ser visto na sua dimensão política como uma arena de disputa onde a luta política acontece, no qual coexistem diferentes forças e interesses, os quais gravitam em torno do sistema político.

O que justifica a baixa do percentual de execução do orçamento no ano de 2011 para 2012, é porque nesse período o Brasil estava passando por um desaquecimento do mercado e da economia, o qual atingiu de forma direta a política pública de educação, e por consequência o recurso pago para a educação profissional.

Pode ser observado também na Tabela 3 que o recurso orçado no exercício de 2007 a 2015 cresceu 223,70%, em contrapartida o crescimento do recurso pago nesse mesmo período foi de 121,89% levando a uma diferença entre o que foi autorizado e o que foi executado de 101,81%. Esse orçamento que deveria ser repassado para os Institutos, dificulta e precariza o ensino que

é passado para os estudantes, e também as condições de trabalho de todos os empregados que compõe essa rede.

Tabela 3 - Percentual de Execução do orçamento da Educação Profissional 2007-2015

Ano	Recurso Orçado	Recurso pago	Percentual de Execução
2007	2.642.198.419,46	1.970.756.638,50	74,58%
2008	3.664.601.574,86	2.371.877.637,65	64,72%
2009	4.632.475.709,97	3.003.155.923,59	64,82%
2010	6.274.817.565,96	4.753.189.084,29	75,75%
2011	8.855.275.722,99	5.964.952.268,68	67,36%
2012	7.479.303.576,20	3.250.833.476,00	43,46%
2013	8.375.638.792,23	4.787.852.390,08	57,16%
2014	9.159.307.497,33	6.060.381.314,16	66,16%
2015	8.552.892.299,40	4.373.103.157,65	51,13%
Total	59.636.511.158,4	32.256.101.890,6	54,08%

Fonte: Siga Brasil. Deflacionado por IGP DI. Elaborado própria, a partir dos dados extraídos por Sandra Oliveira Teixeira

Na Tabela 4 está a representação dos recursos pagos para a educação profissional em relação ao PIB no período de 2007 - 2015. Ao analisar a Tabela, percebe-se que a magnitude dos gastos da educação profissional em relação ao Produto Interno Bruto, é insatisfatória, se compararmos com o total do PIB que é destinado para a de educação em todos níveis de ensino que segundo o INEP (2016) em 2014 foi de 6% e para o ensino superior que foi de 1,2% no mesmo ano. Dessa forma, o percentual do recurso da educação profissional em relação ao PIB é baixa, não chegando em nenhum ano a pelo menos 0,15%.

Esse baixo percentual da educação profissional no PIB, pode ser a resposta da seguinte indagação: Porque investir em Institutos Federais e não em Faculdades Federais? como está exposto, a magnitude dos gastos com educação profissional é bem menor, e com mais vantagem para os interesses do mercado.

Tabela 4 – Representação dos recursos pagos na Educação Profissional em relação ao PIB – 2007-2015

Ano	% PIB
2007	0,04
2008	0,05
2009	0,06
2010	0,08
2011	0,10
2012	0,05
2013	0,08
2014	0,09
2015	0,07

Fonte: Siga Brasil. Deflacionado por IGP DI. Elaborado própria, a partir dos dados extraídos por Sandra Oliveira Teixeira.

É importante destacar, ainda sobre o PIB que segundo estudos realizados por Salvador (2007) a carga tributaria do Brasil cresceu de forma significativa nos últimos anos, no período de 1994 a 2005 ela aumentou de 29% para 37% do PIB, sendo a mais alta de vários países centrais. Em contrapartida o sistema do Brasil está alocado em tributos regressivos e indiretos. Mesmo com esse crescimento da carga tributária, a classe trabalhadora é a mais onerada, pois mais da metade dessa arrecadação decorre de tributos que incidem sobre bens e serviços, com baixa tributação sobre a renda e patrimônio.

A tabela 5 apresenta os percentuais de execução entre o recurso autorizado e o recurso pago no exercício de 2007 a 2015. A análise dessa tabela nos mostra que a oscilação na porcentagem dos recursos que foram pagos para as ações orçamentárias é alarmante em todos os anos, como por exemplo a ação 4860, em 2007 foi executado 48% do recurso autorizado, em

2008 dos 1,003 mil autorizados (vide tabela 6) nada foi pago, já em 2009 a mesma ação teve um salto de 82,89% de execução, e em 2010 dos 2,611 milhões autorizados não foi executado nada, assim como em 2011 que foi autorizado 0,989 milhões e desse montante nada executado.

De forma geral a tabela 5 nos mostra que em nenhum ano foi identificada ação orçamentária com a execução de 100% dos recursos previstos. Destaca-se os anos de 2007 que de R\$ 2.642,19 milhões foram executados 74,58% dos recursos previstos - época de reeleição do Presidente Lula- destaque também para o ano de 2010 onde de 6.274,81 milhões foi executado 75,75% do orçamento previsto. Esse ano era o final do governo Lula, e como ele tinha pretensão de manter o governo do Partido dos Trabalhadores no poder com a candidata Dilma o percentual de execução de 2010 foi o maior no período de 2007 a 2015. Esses números mostram o quanto o orçamento para além de ser uma peça técnica, é uma peça de cunho político, pois ele é constantemente usado em prol de quem esta no poder.

Como mostra as Tabelas 5 e 6 várias ações como as: 0A13, 10CF, 10FJ, 1173, 1174, 1175, 3681, 3687, 7190, 8270, mesmo tendo recurso previsto, não foram executadas, corroborando para o sucateamento dos institutos, precarização do trabalho prestado pelos servidores, e conseqüentemente a uma educação aquém do que poderia ser realizada.

Analisando a tabela 5 em conjunto com a tabela 6 a qual versa sobre as informações em R\$ milhões sobre o recurso autorizado e o recurso pago nos anos de 2007 a 2011 e a tabela 7 que mostra o recurso autorizado e o recurso pago, mas nos anos de 2012 a 2015, pontuarei algumas ações as quais devem ser analisadas.

Começando pela ação 3676 a qual trata da - Capacitação dos profissionais da Educação Profissional - PROEP. Segundo o Mec tem a finalidade de oferecer aos profissionais de educação profissional, dentre eles , gestores, docentes e técnico-administrativo, a oportunidade de capacitação, visando o aprofundamento teórico do campo da educação profissional,

discernimento crítico das políticas educacionais e a eficiência no uso de recursos tecnológicos que são fundamentais à sua atuação. Para isso serão elaborados projetos de capacitação, cursos, oficinas, estágios, elaborações de materias de capacitação, acervo bibliográfico, dentre outros. (Portal do MEC, Relatório de Gestão, 2007, p. 20)

Essa ação é de suma importância para a continuidade de aprendizagem dos profissionais da educação profissional, porém ela só esteve presente no orçamento no ano de 2007, e do total de 22,439 milhões autorizados só 5,178 milhões foram pagos, tendo uma execução de apenas 23%.

No relatório de Gestão do Mec (2007) também esta prevista a ação 3687 - Implantação do Sistema de Informações da Educação profissional, o que faz dessa ação importante é o fato da implementação de um sistema capaz de acompanhar os egressos; das receitas e despesas; de avaliação institucional; e de currículos de Educação Profissional, com o objetivo de assegurar a uniformidade no tratamento das informações da Educação Profissional, para subsidiar o processo de planejamento estratégico dos Centros de Educação Profissional e também monitorar os padrões de desempenho acadêmico das instituições e dos cursos ofertados, tendo como objetivo principal a melhoria da qualidade dessa educação, apoiando, assim, a formulação de políticas públicas setoriais. (Portal do MEC, Relatório de Gestão, 2007, p. 20)

Porém, mesmo sendo uma ação que iria a partir dos dados das instituições formular as políticas públicas necessárias, apenas no ano de 2007 ela esteve presente no orçamento, e dos 5,178 milhões autorizados o percentual de execução foi de 0%. Sendo assim, dar materialidade a ação não foi possível em virtude do orçamento.

Merece destaque a ação 7L90, a qual versa sobre a Ampliação da Infraestrutura Física de Instituições Federais de Educação Profissional. Considerando o rápido crescimento dos Institutos Federais, das várias modalidades de educação que ele oferece e das matriculas crescentes que são efetivadas todos os anos, essa ação deveria ter um percentual de execução

considerável no orçamento, porém em 2008 foi previsto 2,956 milhões, e executado 0,00 reais, em 2009 previsto 5,619 milhões e executado 0,00 reais, em 2010 foi previsto 39,695 milhões e executado 0,00 reais e em 2011 previsto 1,099 milhões e executado 0,00 reais, levando o percentual de crescimento dos três anos ser de 0%.

A ação 8270 - Desenvolvimento e Implementação do Sistema Nacional de Certificação Profissional é relevante pois tem como finalidade desenvolver o Sistema Nacional de Certificação Profissional, com o objetivo de reconhecer e certificar as competências do trabalhador na prática social e no trabalho. Isso se dará a partir da definição de diretrizes curriculares do nível tecnológico usando estratégias de participação democrática como exemplo: audiências públicas, consulta à comunidade acadêmica e organizações da sociedade civil que desenvolvem ações referentes à educação profissional, bem como rever os parâmetros curriculares nacional do nível técnico implantados.

A ação também prevê a normalização de Competências Profissionais e regulamentação do Sistema de Certificação Nacional e a divulgação da concepção do Sistema Nacional de Certificação com a utilização de seminários nacionais e internacionais prezando pela manutenção e divulgação dos Catálogos da Educação Profissional e Tecnológica. (Portal do MEC, Relatório de Gestão, 2009, p. 27)

Porém, dos 11,235 milhões previstos para essa ação, 0,00 reais foram executados, em 2010 dos 6,926 milhões previstos 0,00 reais foram executados e em 2011 dos 12,990 milhões previstos 0,00 reais foram executados.

De acordo com o Mec (2013), a ação 20RG, a qual dispõe sobre a Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica tem como finalidade expandir e reestruturar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica com o objetivo de ampliar o acesso e a diversificação da oferta, com condições adequadas de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando

condições de inclusão e equidade. (Portal do MEC, Relatório de Gestão, 2013, p. 58).

Essa ação é de suma importância para garantir a permanência dos estudantes nos Institutos, pois muitos dependem dos auxílios repassados para conseguir estudar e terminar o curso. Contudo, uma ação desse porte com o objetivo de assegurar as condições de inclusão e equidade só teve prevista no orçamento a partir do ano de 2012, e com percentuais de execução baixos, nesse mesmo ano, foi orçado R\$1.635,58 milhões e pago R\$121,429 milhões, levando a um percentual de execução de 7,42%, em 2013 foi autorizado R\$1.245,04 milhões e pago R\$164,847 milhões levando a um percentual de execução de 13,24%, em 2014 foi estimado R\$1.498,03 milhões e liquidado R\$213,420 milhões, com um percentual de execução de 14,24% e em 2015 foi autorizado R\$1.080,19 milhões e pago R\$156,379 milhões com um percentual de 14,47%.

De acordo com o Mec (2013) no portal de prestação de contas o que acarretou o não pagamento total do que foi empenhado foi "o atraso nas licitações para construção e reestruturação dos campus, somado ao contingenciamento do limite orçamentário para executar as ações, dificultou a descentralização do restante do orçamento." (Portal do MEC, Relatório de Gestão, 2013, p. 57).

O que mais chama a atenção para a análise da Tabela 7 é que a partir do ano de 2012 até 2015, quarenta e cinco ações deixaram de ser contempladas na peça orçamentária, concentrando todo o orçamento em nove ações. Todas essas nove ações tiveram os seus percentuais executados ao decorrer dos anos, com a execução no ano 2013 de 100% para a ação 20RW, que versa sobre o Apoio a formação Profissional, Científica e Tecnológica.

Faz-se necessário destacar que no intervalo de 2012 a 2015 observando o valor total de cada ano, como mostra a tabela 6, é significativamente superior aos anos do período de 2007 a 2011, como mostra a tabela 5, ficando assim concentrado em nove ações um montante expressivo do orçamento. Pode-se

inferir de acordo com o Relatório de Gestão do Mec (2012), que em 2012 foi implementado pela Secretária de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) um novo modelo de gestão, que corroborou para a mudança nas ações orçamentárias e priorizou as oportunidades de acesso à educação profissional para estudantes e trabalhadores. Esse novo modelo de gestão está em processo de aprimoramento e prevê a implementação de ferramentas de planejamento, acompanhamento, monitoramento, avaliação e a busca de soluções para os gargalos estruturais, visando o cumprimento de sua missão, que é a inovação tecnológica o aumento de produtividade e competitividade e promoção do desenvolvimento sustentável. (Portal do MEC, Relatório de Gestão, 2012, p.10).

Tabela 7- Informações em R\$ milhões sobre o recurso pago nos anos de 2012 a 2015

Ações/Programas	2012		2013		2014		2015	
	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago
20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	1.635,58	121,429	1.245,04	164,847	1.498,03	213,420	1.080,19	156,379
20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	2.596,42	1.232,02	2.475,88	1.214,01	2.688,58	1.458,08	2.687,01	1.282,38
20RW - Apoio a formação Profissional, Científica e Tecnológica	1.583,88	1.493,91	3.452,42	3.102,43	4.067,47	3.982,82	4.182,50	2.607,66
2994 - Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica	236,777	161,069	306,677	225,563	420,710	297,566	452,991	312,833
6358 - Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica	125,678	11,309	63,329	13,075	26,254	15,920		
6380 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	421,124	47,991	250,048	31,506	164,099	19,922	144,128	13,847
8252 - Educação Profissional e Tecnológica a Distância	241,192	30,385	210,389	20,964	67,607	12,485		
8652 - Modernização da Rede Pública não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	637,457	151,531	371,833	15,443	226,540	60,157	6,053	
TOTAL	7.479,30	3.250,83	8.375,63	4.787,85	9.159,30	6.060,38	8.552,89	4.373,10

Fonte: Siga Brasil. Deflacionado por IGP DI. Elaborado própria, a partir dos dados extraídos por Sandra Oliveira Teixeira

A Tabela 8 mostra o percentual de participação de cada ação/programa no total do recurso pago no período de 2007 a 2011. Pode-se perceber que o total do orçamento liquidado cresceu ao longo desse período e a análise da tabela também mostra que nesse intervalo de tempo foram priorizadas a ação 09HB que dispõe sobre a Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, e a ação 2992, que é sobre o funcionamento da Educação Profissional. O custeio das outras ações no total do orçamento, sofreram bastante variação ao longo de 2007 a 2011.

A tabela 9 também revela o percentual de participação das ações no total do recurso pago, nos anos de 2012 a 2015, quando ocorre a alteração da estrutura programática do PPA. No referido Plano Anual a educação profissional é citada apenas uma vez no art. 4 que trata sobre suas diretrizes, e dispõe:

IX - o estímulo e a valorização da educação, da ciência e da tecnologia.

De acordo com o *site* Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (2015) o novo PPA que se inicia em 2012, com uma nova gestão, não apresenta ações orçamentárias de forma explícita, apenas apresenta as iniciativas que foram financiadas total ou parcialmente por recursos orçamentários que será vinculada pelo menos uma ação no orçamento.

Na Tabela 9, mesmo sendo priorizado apenas nove ações orçamentárias percebe-se que o recurso pago foi semelhante ao período de 2007 a 2011, chegando em alguns anos serem maior. Porém de 2011 para 2012 o que se tem no orçamento liquidado é uma queda de 45,50%, devido ao momento econômico de cortes nas políticas públicas, e na educação, onde foram cortados aproximadamente 1,93 bilhões de reais o que refletiu diretamente no recurso repassado para a Educação Profissional.

Nos anos seguintes a 2012, pode-se observar um aumento no orçamento pago, chegando em 2014 a 6.060,38 milhões de reais, é importante ressaltar

que esse era o período das eleições no Brasil, no qual a Presidenta Dilma Rousseff tinha a pretensão de ser reeleita, o que justifica esse aumento expressivo no orçamento pago. De 2014 para 2015 teve uma queda de 27,84% no orçamento pago, justificado pelo momento econômico, em que o Ministério da Educação perdeu R\$10,5 bilhões de reais, atingindo de forma direta os Institutos Federais.

Segundo a tabela 9, as ações que tiveram maior custeio do orçamento foram a 20RL que trata sobre o Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica e tem como finalidade custear a gestão administrativa, financeira, técnica e o aumento de ações com o objetivo de melhorar o funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional e das escolas técnicas. Essa ação prevê ainda, a manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos, pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais e internacionais, manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação, reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

Pode-se perceber com essa ação 20LR que a partir de 2012 os gestores com esse novo modelo de orçamento, pegaram várias ações e acoplaram em uma só. Desse modo as ações deixam de ter um recurso destinado só para elas, o que faz do orçamento mais turvo e difícil de entender. Em 2012 foi orçado R\$2.596 milhões de reais e pago R\$1.232 milhões de reais, com o percentual de 37,89%, em 2013 foi orçado R\$2.475 milhões de reais e pago R\$1.214 milhões de reais tendo um percentual de 25,35%, em 2014 foi orçado R\$2.688 milhões de reais e pago R\$1.458 milhões de reais com um percentual de 24,05%, em 2015

foi orçado R\$2.687 milhões de reais e pago R\$1.282 milhões de reais, com um percentual de 29,32%, pode-se aferir que o percentual de execução nunca atingindo 100%.

E a outra ação que teve maior custeio do orçamento foi a 20RW que dispõe sobre o apoio a formação Profissional, Científica e Tecnológica, tendo como objetivo a oferta de vagas gratuitas, por intermédio da Bolsa-Formação, em cursos de educação profissional e tecnológica de nível técnico e de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, por instituições das redes públicas e privadas e pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda e demais públicos prioritários conforme a legislação vigente, por meio da transferência de recursos aos ofertantes em valor correspondente ao custo total por estudante e pagamento de mensalidades no caso das redes privadas.

O que chama a atenção nesse ação é o repasse do orçamento para o custeio da educação na rede privada, o que corrobora "diretamente" para a privatização dessa e aponta um fortalecimento do setor privado e do setor público não-estatal. Tal ação esteve prevista no orçamento no ano 2012 com R\$1.583,88 milhões e R\$1.493,91 pago chegando a um percentual de 45,95%, em 2013 com R\$3.452,42 orçados e R\$3,102,43 pago, com percentual de 72,10%, em 2014 foi orçado R\$4.067,47 e pago R\$3.982,82 com percentual de 65,71% e em 2015 foi orçado R\$4,182,50 e pago R\$2.607,66 com percentual de 59,62%.

Sendo assim, a análise dessas duas tabelas mostram que ações de suma importância como a 2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional, a 2E13 - Reforma e Modernização de Infraestrutura física das Instituições Federais de Educação Tecnológica, 3676 - Capacitação dos Profissionais da Educação Profissional - PROEP, 6301 - Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, 6364 - Veículos e Transporte Escolar para as Instituições Federais de Educação Profissional, 6426 - Ampliação da

Oportunidade de Qualificação Profissional, 6358 -

Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica ,não foram priorizadas ao decorrer dos anos de 2007 a 2015.

Tabela 8 - Percentual de participação de cada ação/programa no total do recurso pago de 2007 a 2011

	2007	2008	2009	2010	2011
Ações/Programas					
2144 - Ensino Profissional nas regiões cacauzeiras	0,096%	0,104%	0,057%	0,00259%	
4860 - Formação de Recursos Humanos de Nível Técnico para Indústria do Petróleo	0,043%		0,073%		
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	11,02%	10,90%	10,70%	11,06%	10,87%
0A13 - Concessão de Bolsa-Auxílio para a formação Profissional - PROEJA					
10CF - Implantação da Escola Agrotécnica Federal de São Raimundo das Mangabeiras-MA					
10FJ - Implantação da Escola Agrotécnica Federal de São Raimundo das Mangabeiras - MA					
10FU - Implantação do Instituto Federal de Brasília		0,015%	0,00007%	0,827%	0,62%

1H07 - Implantação da
Escola Agrotécnica Federal
de Marabá

0,085%

1H10 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	0,59%	2,21%	4,45%	6,68%	0,97%
1171 - Implantação da Escola Técnica Federal do Mato Grosso do Sul	0,28%				
1173 - Implantação da Escola Técnica Federal do Acre					
1174 - Implantação da Escola Técnica Federal do Amapá					
1175 - Implantação da Escola Técnica Federal de Canoas - RS					
1177 - Implantação da Escola Técnica Federal de Rondônia		0,027%			
1178 - Implantação da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina -MS	0,18%				
20AW - Implementação e manutenção do Sistema de Informação da Educação Profissional		0,18%	0,12%	0,07%	0,04%
20RW - Apoio à formação Profissional e Tecnológica					4,80%
2319 - Prestação de Serviços à Comunidade	0,04%	0,03%	0,030%	0,20%	0,49%
2992 - Funcionamento da Educação Profissional	80,17%	80,80%	75,63%	72,42%	70,34%
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	1,08%	0,95%	0,96%	0,93%	2,33%
2E13 - Reforma e Modernização de Infra-Estrutura física das Instituições Federais de Educação Tecnológica		0,001%	0,027%	0,053%	
3676 - Capacitação dos Profissionais da Educação Profissional - PROEP	0,26%				
3681 - Desenvolvimento de modelos de Gestão Escola para a Educação					

Profissional - PROEP					
3685 - Implementação da Expansão da Educação Profissional - PROEP	0,60%				
3687 - Implantação do Sistema de Informações da Educação Profissional - PROEP					
4641 - Publicidade de Utilidade Pública	0,046%	0,067%	0,068%	0,007%	0,057%
6141 - Profissionalização da Pessoa Surda	0,014%				
6301 - Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional	0,11%	0,082%	0,055%	0,093%	0,13%
6353 - Formação de Técnicos Empreendedores na Educação Profissional e Tecnológica	0,0054%				
6358 - Capacitação de Recursos Humanos na Educação Profissional	0,097%	0,67%	0,49%	0,78%	0,25%
6364 - Veículos e Transporte Escolar para as Instituições Federais de Educação Profissional	0,018%	0,0001%	0,0019%	0,066%	0,056%
6374 - Modernização e Recuperação de Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Educação Profissional	1,51%				
6380 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional	3,37%	2,12%	3,35%	1,005%	0,59%
7L90 - Ampliação da Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Educação Profissional					
6426 - Ampliação da Oportunidade de Qualificação Profissional	0,001%				5,36%
7109 - Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional - PROEP	0,014%				2,89%

7365 - Desenvolvimento de Parâmetros Curriculares Nacionais de Nível Tecnológico - PROEP	0,087%			
7742 - Implantação do Sistema Nacional de Certificação Profissional - PROEP	0,017%			
8239 - Instrumentos para Avaliação Nacional de Competências do Trabalhador	0,102%			
8383 - Ampliação dos Alojamentos das Escolas Agrotécnicas Federais e CEFETS	0,16%			
8669 - Supervisão e Avaliação das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica	0,028%			
8252 - Educação Profissional e Tecnológica a Distância - E-TECBRASIL	0,17%	0,35%	0,63%	
8270 - Desenvolvimento e Implementação do Sistema Nacional de Certificação Profissional				
8650 - Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	2,24%	2,95%	4,26%	
8652 - Modernização das Redes Públicas Estadual e Municipal de Educação Profissional e Tecnológica	10,31%	0,63%	0,87%	
20RW - Apoio a formação Profissional, Científica e Tecnológica				
20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica				
20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica				
20RW - Apoio a formação Profissional, Científica e Tecnológica				

2994 - Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica

6358 - Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica

6380 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

8252 - Educação Profissional e Tecnológica a Distância

8652 - Modernização da Rede Pública não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%
--------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Fonte: Siga Brasil. Deflacionado por IGP DI. Elaborado própria, a partir dos dados extraídos por Sandra Oliveira Teixeira

Tabela 9 - Percentual de participação de cada ação/programa no total do recurso pago de 2012 a 2015

	2012	2013	2014	2015
<hr/>				
Ações/Programas				
20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	3,73%	3,44%	3,52%	3,57%
20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e	37,89%	25,35%	24,05%	29,32%

Tecnológica				
20RW - Apoio a formação Profissional, Científica e Tecnológica	45,95%	72,10%	65,71%	59,62%
2994 - Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica	4,95%	6,40%	4,91%	
6358 - Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica	0,347899 %	0,273096 %	0,262697 %	
6380 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	1,47%	0,658048 %	0,328726 %	
8252 - Educação Profissional e Tecnológica a Distância	0,934700 %	0,437872 %	0,206017 %	
8652 - Modernização da Rede Pública não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	3,73%	0,322548 %	0,992637 %	
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Fonte: Siga Brasil. Deflacionado por IGP DI. Elaborado própria, a partir dos dados extraídos por Sandra Oliveira Teixeira

Considerações Finais

Com a conclusão desse trabalho, pude aferir que com a evolução, para não dizer involução da sociedade, a educação sofreu várias metamorfoses. Sendo o ponto crucial o advento da propriedade privada, pois foi quando houve a divisão entre quem detinha as terras, e quem trabalhava para esse detentor. Não obstante, com essa divisão se deu a divisão social da educação, marcada pela dualidade estrutural a qual tem como característica a existência de tipos diferentes de educação, para classes sociais distintas.

Foi nesse bojo que se deu início a educação profissional, voltada a priori para as classe trabalhadora. Realizando a análise dos documentos que deram início a essa modalidade de educação, e os que foram modificando-a ao longo do tempo, percebe-se o quanto ela está posta com o intuito de favorecer as demandas eminentes, e emergentes do capital interno e externo.

Após os anos de 1990, com a proposta do Plano de Reforma do Aparelho do Estado a educação passou por um período de sucateamento e privatização das instituições estatais, sendo as mudanças no mundo do trabalho e os avanços tecnológicos usados como justificativas para as reformas na área educacional, as quais foram financiadas por instituições financeiras internacionais, em especial o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, logo seguiram a lógica neoliberal.

Desse modo pode-se aferir que a educação foi materializada como um setor produtivo empresarial, onde o papel da educação profissional é de formar o trabalhador do novo tipo, em conformidade com as novas formas de trabalho, transferindo para ele o encargo do domínio das competências que o mercado exigia, e com isso a sua empregabilidade.

Outra conclusão que vale a pena destacar é que a expansão dos Institutos Federais foi pensada como apoio estratégico para a demanda de capacitação de mão de obra dos setores produtivos, o que vai a favor do interesse empresarial e de encontro com a educação para a formação de um

ser humano crítico e capaz de entender a sua totalidade. Esse aumento significativo dos institutos no governo PT foi uma resposta em favor do capital e sua manutenção do *status-quo*, e não da classe trabalhadora que ele representava, foi uma jogada política, que visava os meros interesses do mercado, Carvalho (2012, p.142) explana que:

o cerne da mudança corresponde a uma lógica de formação que considere as demandas do presente, ou seja, pressupõe formar o jovem e adulto trabalhador para inserção produtiva imediata, aliando a instrumentalização para o trabalho ao ensino regular em todos os níveis, o que significa incorporar a qualificação do trabalho à educação básica e ensino superior. (CARVALHO, 2012, p.142).

O interesse do capital tem finalidades produtivas, é embasado na lógica de mercado, lucro, produção, da exploração do trabalho, da mercantilização e da competitividade, enquanto a educação emancipatória, tem como objetivo dar a possibilidade ao indivíduo de se livrar das amarras da opressão, formando-o para o exercício da cidadania que envolve a aquisição dos meios indispensáveis a uma vida mais digna, respeitando os valores sociais e os direitos e deveres dos cidadãos. Como pontua Fiuza e Thomas (2012), o capital passa ter a necessidade de produtores com capacidades específicas mais qualificadas, para a produção e circulação de mercadorias, sendo assim, a fragmentação e a alienação do trabalho adentram a esfera da ciência e da produção do conhecimento.

Quando o objetivo da educação é a formação do ser humano exclusivamente para o mercado de trabalho - como encontra-se atualmente a lógica dos Institutos Federais – é expropriado da pessoa a capacidade crítica de pensar, de entender a totalidade e a ontologia do ser.

Ao estudar a educação profissional conclui que ela é contraditória, pois mesmo ela elevando as oportunidades de acesso a uma educação pública e tendo um avanço na interiorização dos cursos e instituições de ensino que se

concentravam apenas nos centros, ela é um organismo muito complexo de ser administrado e por ser tão grande, o orçamento que é repassado não é suficiente, o que leva ao sucateamento de vários institutos, que ficam sem laboratórios adequados, sem estrutura física e sem pessoal.

Segundo as minhas aferições, o governo investiu nesse modelo de educação, por conta dos custos serem baixos e também para responder as demandas eminentes do mercado, pois ao invés de abrir Institutos Federais, porque não abrir mais faculdade federais? assim a disputa para ingressar não seria tão acirrada, pois teriam mais vagas. Ainda continuo com o pensamento de que esse modelo de educação foi pensado como válvula de escape, com a finalidade de adaptar o trabalho e a educação para o modelo acumulativo de produção capitalista, com o intuito de atender as novas exigência efêmeras e cíclicas do mercado interno e externo.

Faço das palavras de Arcary (2015) as minhas,

Admitir que a expansão desta Rede Federal, elevando as oportunidades de acesso à educação pública e gratuita foi, em geral, útil, não permite concluir senão isso mesmo, o que é pouco.
(ARCARY, 2015, p.10)

Com esse trabalho pude concluir também que o orçamento é a peça fundamental para entendermos as metamorfoses do capital e as mudanças que ocorrem nas políticas públicas. Mapeando o orçamento repassado para os Institutos Federais pude perceber o tanto que ele é usado como uma ferramenta política para manter quem esta no poder e o quanto essas decisões recaem sobre a sociedade, especificadamente na vida dos trabalhadores.

Estamos vivendo em uma época de retrocessos constantes de direitos, é de suma importância destacar o que está ocorrendo agora na economia do país com a aprovação da PEC 55.

A PEC 55 é apontada pelo atual governo como essencial para conter o déficit no orçamento, ou seja, o equilíbrio dos gastos públicos, mas essa medida pode implicar perda de R\$ 58,5 bilhões no gasto federal em educação

em dez anos e inviabilizar cumprimento de metas do PNE – Plano Nacional de Educação.

A referida proposta de emenda constitucional também congela os gastos do Governo Federal por 20 anos, dessa maneira, deverá ter impacto significativo no financiamento da educação, pois a PEC derruba a obrigatoriedade de o governo federal investir 18% do orçamento na educação, prevista na Constituição de 1988. A nova regra, no caso da educação e da saúde, é calcular o gasto com base no que foi investido nas duas áreas no orçamento de 2017 e aplicar ano a ano a correção pela variação da inflação, sem vinculação com a receita.

Sendo assim a PEC 55 é uma medida injusta e seletiva que irá afetar diretamente o recurso repassado para a educação profissional. Ela elege, para pagar a conta do descontrole dos gastos, os trabalhadores e os pobres, ou seja, aqueles que mais precisam do Estado para que seus direitos constitucionais sejam garantidos. Além disso, beneficia os detentores do capital financeiro, quando não coloca teto para o pagamento de juros, não taxa grandes fortunas e não propõe auditar a dívida pública.

A redução do orçamento repassado para os Institutos Federais já é alertada. De acordo com a matéria do *site* Web Escola, se o Mec não reavaliar o orçamento que será repassado em 2017 para as escolas, alguns câmpus dos Institutos Federais de Brasília não irão conseguir se sustentar.

Esse corte do orçamento tem um impacto negativo nas atividades exercidas pelos Institutos, de acordo com a matéria, em decorrência da contenção de despesas estão faltando materiais e recursos para manutenção e aquisição de equipamentos. Segundo a fala de Fernando Dantas, diretor do campus de Samambaia, o referido campus teve por dois anos consecutivos a redução de verbas, hoje eles trabalham com 50% do orçamento de antes, o que força-os a se adequarem, mesmo sendo um desafio é a realidade e eles tem que se adaptar, com esperança de que essa seja uma situação provisória e que se regulariza nos próximos anos.

O uso errôneo que o governo faz do fundo público para dar suporte e proteger as empresas das crises cíclicas do capital, isentando-as do pagamento de tributos, faz com que esse ônus recaia aos trabalhadores. Em tempos de crise como a que estamos vivenciando agora, os cortes no orçamento das políticas públicas são cada vez mais severos e por períodos maiores, como mostra a PEC 55. Contraditoriamente, esses cortes também recaem sobre os trabalhadores, que financiam o sistema.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil** (Collor, FHC, Lula). Campinas, SP: Editores Associados, 2005.

ARCARY, Valerio, **Uma nota sobre os Institutos Federais em perspectiva histórica**. 2015

BEHRING, Elaine Rossetti, **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

CARVALHO, Elma Julia G. de **Políticas Públicas e Gestão da Educação no Brasil** -Maringá EDUEM, 2012.

FALLEIROS, Ialê. **Parâmetros curriculares nacionais para a educação básica e a construção de uma nova cidadania**. In - A nova pedagogia da hegemonia. Lúcia Maria W. Neves (org). São Paulo: Xamã, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio ; CIAVATTA, Maria ; RAMOS, Marise . **A política de Educação Profissional no governo Lula: Um percurso histórico controvertido**. Educ. Soc., Campinas, vol 26, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. **Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades**. In. Revista Educação Social. Campinas, v. 32, n. 116, p. 619-683, jul. – set. 2011.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (organizadoras). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HARVEY, David. **O neoliberalismo. História e implicações**. São Paulo: Ed. Loyola, 2008

JÚNIOR, Reinaldo de lima Reis, **Novo desenvolvimentismo e educação profissional e tecnológica: possibilidades e riscos a um novo projeto de desenvolvimento**. 2015.

LIMA, Kátia Regina de Souza, **O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século**. Ensaio, 2011.

MACHADO, LUCÍOLA REGINA DE SOUZA. **Educação e Divisão Social do Trabalho: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro**. 2Ed, São Paulo: Cortez: 1989.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZAROS, István. Marx: **A Teoria da allienação**. RJ: Zahar, 1981.

OLIVEIRA, **Fabício Augusto, Economia e Política das Finanças Públicas no Brasil**. HUCITEC, 2012.

PEREIRA, MARIA ZULEIDE DA COSTA. **As Políticas Educacionais e o Ensino Público Profissionalizante no Brasil**. João Pessoa . Ed. Universitária, 1997.

PEREIRA. P. A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

SALVADOR, Evilasio ; TEIXEIRA, Sandra . ORÇAMENTO E POLÍTICAS SOCIAIS: metodologia de análise na perspectiva crítica. **Revista de Políticas Públicas (UFMA)**, v. 18, p. 15-32, 2014.

SALVADOR, Evilasio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SALVADOR, Evilásio. **A distribuição da carga tributária: quem paga a conta?** In: SICSÚ, João. Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?). São Paulo: Boitempo Editorial, 2007

SALVADOR, Evilasio. **Fundo Público e Financiamento das Políticas Sociais no Brasil**. Serviço Social em Revista, v,14, 2012

SAVIANI, Dermeval, **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação, v.12 n.34, 2007.

SAVIANI, Dermeval, **O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO FRENTE AS NOVAS TECNOLOGIAS**. 1996.

SOUZA, Donaldo Bello de. RAMOS, Marise Nogueira. DELUIZ, Neise. **Educação profissional na esfera Municipal**. São Paulo, Xamã, 2007

SOUSA, Maria Goreti da Silva. **A formação continuada e suas contribuições para a profissionalização de professores dos anos iniciais do ensino fundamental de Teresina- Pi: revelações a partir de histórias de vida**. 2008, 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação -UFPI.

VIEIRA, Evaldo. **A política e as bases do direito educacional**. In. Cadernos Cedes, ano XXI, n. 55, novembro, 2001.

REFERÊNCIA DOCUMENTAL

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 2003.

BRASIL, Decreto Lei nº4.048 de 1942

BRASIL, Decreto Lei nº 8.621 de 1946

BRASIL, Decreto Lei nº 2.208 de 1947

BRASIL, Decreto Lei nº 5.154 de 2004

BRASIL, Decreto Lei nº 5.622 de 2005

BRASIL, Decreto Lei nº 6.301 de 2007

BRASIL, Decreto Lei nº 7.589 de 2011

BRASIL, Decreto Lei nº 6.095 de 2007

BRASIL, Decreto Lei nº 11.892 de 2008

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da educação, 1996

BRASIL, Lei nº 5.692 de 1971

BRASIL, Lei nº 7.044 de 1981

BRASIL, Plano de Desenvolvimento da Educação de 2007

BRASIL, Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado de 1995

BRASIL, Plano Plurianual de 2012

BRASIL, Proposta de Emenda Constitucional nº 55 de 2016

BRASIL, Parecer nº 39 de 2004

SITES CONSULTADOS

Portal da Transparência. Disponível em:

<http://www.portaltransparencia.gov.br/> Acessado em: 05/10/2016

Índice Geral de Preços - IGP-DI. Disponível em:

<http://www.portalbrasil.net/igp.htm> Acessado em 10/09/2016

Portal INEP. Disponível em:

<http://www.inep.gov.br/> Acessado em 17/10/2016

Portal do MEC. Disponível em:

<http://www.mec.gov.br/> Acessado em 22/09/2016

Portal do Instituto Federal. Disponível em:

<http://www.ifb.edu.br/> Acessado em 13/09/2016

http://www.ifb.edu.br/attachments/article/3933/Plano_de_Desenvolvimento_Institucional_2014_2018_IFB.pdf Acessado em Acessado em 17/10/16

http://portal.inep.gov.br/estatisticas-gastoseducao-indicadores_financeiros-p.t.i._nivel_ensino.htm Acessado em 03/10/2016

https://www.youtube.com/watch?v=OC8bWWN_XW4) Acessado em 14/08/2016

<http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/planejamento-tovernamental/plano-plurianual-ppa/o-ppa-2012-2015-apresenta-a-ccedil-otilde-es-or> Acessado em 15/10/2016

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/tf_carreira/2016/09/25/tf_carreira_interna,550353/como-ficam-os-institutos-federais.shtml Acessado em 17/09/2016

Anexos

Tabela 5 - Percentual de Execução entre o recurso autorizado e o recurso pago nos anos de 2007 a 2015

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Ações/Programas									
2144 - Ensino Profissional nas regiões cacaeiras	86,41%	74,22%	94%	9,30%	0%				
4860 - Formação de Recursos Humanos de Nível Técnico para Indústria do Petróleo	45%	0%	82,89%	0%	0%				
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	85%	91,76%	94,24%	94,28%	97,29%				
0A13 - Concessão de Bolsa-Auxílio para a formação Profissional - PROEJA	0%	0%							

10CF - Implantação da Escola Agrotécnica Federal de São Raimundo das Mangabeiras-MA	0%				
10FJ - Implantação da Escola Agrotécnica Federal de São Raimundo das Mangabeiras - MA		0%			
10FU - Implantação do Instituto Federal de Brasília		17,23%	0,33%	90,39%	46,93%
1H07 - Implantação da Escola Agrotécnica Federal de Marabá	0%	95,38%			
1H10 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	24,82%	10,49%	26,74%	47,73%	18,16%
1I71 - Implantação da Escola Técnica Federal do Mato Grosso do Sul	100%				
1I73 - Implantação da Escola Técnica Federal do Acre	0%				

1174 - Implantação da Escola Técnica Federal do Amapá	0%				
1175 - Implantação da Escola Técnica Federal de Canoas - RS	0%				
1177 - Implantação da Escola Técnica Federal de Rondônia	0%	36,58%			
1178 - Implantação da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina -MS	100%	0%			
20AW - Implementação e manutenção do Sistema de Informação da Educação Profissional		63,87%	48%	45%	37,46%
20RW - Apoio à formação Profissional e Tecnológica					45,32%
2319 - Prestação de Serviços à Comunidade	78,50%	73,11%	83,36%	54,63%	22%
2992 - Funcionamento da Educação					

Profissional	94,41%	91,42%	91,67%	92,81%	85%
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	88,12%	80,73%	82,79%	71%	60,94%
2E13 - Reforma e Modernização de Infra-Estrutura física das Instituições Federais de Educação Tecnológica		0,05%	3,12%	2,77%	0%
3676 - Capacitação dos Profissionais da Educação Profissional - PROEP	23%				
3681 - Desenvolvimento de modelos de Gestão Escola para a Educação Profissional - PROEP	0%				
3685 - Implementação da Expansão da Educação Profissional - PROEP	36,28%				
3687 - Implantação do Sistema de Informações da Educação Profissional - PROEP	0%				
4641 - Publicidade de Utilidade Pública					

	94,19%	97,82%	46,66%	9,17%	100%
6141 - Profissionalização da Pessoa Surda	51,68%				
6301 - Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional	44%	38,75%	20,68%	22%	20,65%
6353 - Formação de Técnicos Empreendedores na Educação Profissional e Tecnológica	17,76%				
6358 - Capacitação de Recursos Humanos na Educação Profissional	78,70%	24,51%	16,52%	60%	20,31%
6364 - Veículos e Transporte Escolar para as Instituições Federais de Educação Profissional	19,32%	0,28%	1,83%	20,64%	23,24%
6374 - Modernização e Recuperação de Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Educação Profissional	25,40%				

6380 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional	20,24%	23,36%	45,91%	23,53%	19,31%
7L90 - Ampliação da Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Educação Profissional		0%	0%	0%	0%
6426 - Ampliação da Oportunidade de Qualificação Profissional	2,37%				
7109 - Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional - PROEP	0,59%				
7365 - Desenvolvimento de Parâmetros Curriculares Nacionais de Nível Tecnológico - PROEP	50%				
7742 - Implantação do Sistema Nacional de Certificação Profissional - PROEP	100%				
8239 - Instrumentos para Avaliação Nacional de Competências do Trabalhador	87,15%				
8383 - Ampliação dos Alojamentos das Escolas Agrotécnicas Federais e	40%				

CEFETS

8669 - Supervisão e Avaliação das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica	63,94%				
8252 - Educação Profissional e Tecnológica a Distância - E-TECBRASIL	7,86%	9,22%	31,15%	29,83%	
8270 - Desenvolvimento e Implementação do Sistema Nacional de Certificação Profissional	0%		0%	0%	
8650 - Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	2,91%	35,20%	38,86%	31,97%	
8652 - Modernização das Redes Públicas Estadual e Municipal de Educação Profissional e Tecnológica	14,25%	3,56%	28,60%	36,24%	
20RW - Apoio a formação Profissional, Científica e Tecnológica					100%
20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação					7,42% 13,24% 14,24% 14,47%

Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	47,45%	49%	54,23%	47,72
20RW - Apoio a formação Profissional, Científica e Tecnológica	94,31%	89,86%	97,91%	62,34
2994 - Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica	68%	73,55%	70,72%	69%
6358 - Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica	9%	20,64%	60,63%	
6380 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	11,39%	12,60%	14,12%	9,60%
8252 - Educação Profissional e Tecnológica a Distância	12,59%	9,96%	18,46%	
8652 - Modernização da Rede Pública não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	23,77%	4,15%	26,55%	0%

TOTAL	74,58%	64,72%	64,82%	75,75%	67,36%	43,46%	57,16%	66,16%	51,13%
-------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Fonte: Siga Brasil. Deflacionado por IGP DI. Elaborado própria, a partir dos dados extraídos por Sandra Oliveira Teixeira

Tabela 6 - Informações em R\$ milhões sobre o recurso autorizado e o recurso pago nos anos de 2007 a 2011

	2007		2008		2009		2010		2011	
Ações/Programas	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago
2144 - Ensino Profissional nas regiões cacaueiras	2,208	1,908	3,335	2,475	1,831	1,721	1,327	0,123	0,311	
4860 - Formação de Recursos Humanos de Nível Técnico para Indústria do Petróleo	1,917	0,863	1,003		2,672	2,215	2,611		0,989	
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	255,547	217,291	281,849	258,640	341,262	321,611	558,034	526,159	666,799	648,750

0A13 - Concessão de Bolsa-Auxílio para a formação Profissional - PROEJA	14,499		6,209								
10CF - Implantação da Escola Agrotécnica Federal de São Raimundo das Mangabeiras-MA	5,523										
10FJ - Implantação da Escola Agrotécnica Federal de São Raimundo das Mangabeiras - MA			2,135								
10FU - Implantação do Instituto Federal de Brasília			2,135	0,368	7,162	0,002	43,524	39,343	79,701	37,409	
1H07 - Implantação da Escola Agrotécnica Federal de Marabá	3,711		2,135	2,036							
1H10 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	47,189	11,713	500,601	52,551	500,677	133,922	665,787	317,791	319,748	58,089	
1I71 - Implantação da Escola Técnica Federal do Mato Grosso do Sul	5,523	5,523									
1I73 - Implantação da Escola Técnica Federal do Acre	5,523										
1I74 - Implantação da Escola Técnica Federal do Amapá	5,523										
1I75 - Implantação da Escola Técnica	5,523										

Federal de Canoas - RS

1177 - Implantação da Escola Técnica Federal de Rondônia	6,127		1,806	0,661						
1178 - Implantação da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina -MS	3,711	3,711	2,135							
20AW - Implementação e manutenção do Sistema de Informação da Educação Profissional			6,899	4,406	7,857	3,773	7,372	3,322	7,681	2,878
20RW - Apoio à formação Profissional e Tecnológica									632,842	286,808
2319 - Prestação de Serviços à Comunidade	1,109	0,871	1,191	0,870	1,111	0,927	17,460	9,538	13,368	2,945
2992 - Funcionamento da Educação Profissional	1.673,57	1.580,04	2.096,27	1.916,61	2.477,75	2.271,40	3.709,10	3.442,65	4.932,41	4.195,94
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	24,321	21,432	28,093	22,680	34,948	28,936	62,303	44,246	228,238	139,099
2E13 - Reforma e Modernização de Infra-Estrutura física das Instituições Federais de Educação Tecnológica			75,683	0,041	26,064	0,813	92,521	2,564	50,706	

3676 - Capacitação dos Profissionais da Educação Profissional - PROEP	22,439	5,178								
3681 - Desenvolvimento de modelos de Gestão Escola para a Educação Profissional - PROEP	0,500									
3685 - Implementação da Expansão da Educação Profissional - PROEP	32,710	11,869								
3687 - Implantação do Sistema de Informações da Educação Profissional - PROEP	5,178									
4641 - Publicidade de Utilidade Pública	0,966	0,910	1,642	1,606	4,430	2,067	3,627	0,332	3,435	3,435
6141 - Profissionalização da Pessoa Surda	0,568	0,294								
6301 - Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional	4,929	2,177	5,058	1,960	8,113	1,678	20,188	4,447	38,429	7,936
6353 - Formação de Técnicos Empreendedores na Educação Profissional e Tecnológica	0,604	0,107								
6358 - Capacitação de Recursos Humanos na Educação Profissional	2,433	1,915	65,022	15,940	90,456	14,946	61,810	37,121	73,686	14,970

6364 - Veículos e Transporte Escolar para as Instituições Federais de Educação Profissional	1,905	0,368	1,364	0,003	3,214	0,059	15,248	3,148	14,617	3,398
6374 - Modernização e Recuperação de Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Educação Profissional	117,810	29,934								
6380 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional	328,693	66,537	216,108	50,502	219,197	100,633	203,144	47,805	182,720	35,288
7L90 - Ampliação da Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Educação Profissional			2,956		5,619		39,695		1,099	
6426 - Ampliação da Oportunidade de Qualificação Profissional	0,734	0,021								
7109 - Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional - PROEP	46,433	278,063								
7365 - Desenvolvimento de Parâmetros Curriculares Nacionais de Nível Tecnológico - PROEP	3,452	1,726								
7742 - Implantação do Sistema Nacional de Certificação Profissional -	0,345	345,228								

PROEP

8239 - Instrumentos para Avaliação Nacional de Competências do Trabalhador	2,321	2,023								
8383 - Ampliação dos Alojamentos das Escolas Agrotécnicas Federais e CEFETS	7,767	3,153								
8669 - Supervisão e Avaliação das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica	0,863	551,880								
8252 - Educação Profissional e Tecnológica a Distância - E-TECBRASIL			51,743	4,086	115,107	10,618	96,478	30,054	117,418	35,026
8270 - Desenvolvimento e Implementação do Sistema Nacional de Certificação Profissional			11,235				6,929		12,990	
8650 - Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica			53,222	1,552	252,362	88,848	521,931	202,845	1.001,05	320,091
8652 - Modernização das Redes Públicas Estadual e Municipal de Educação Profissional e Tecnológica			244,757	34,878	532,625	18,974	145,718	41,686	477,012	172,872

20RW - Apoio a formação Profissional,
Científica e Tecnológica

20RG - Expansão e Reestruturação de
Instituições Federais de Educação
Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento de Instituições
Federais de Educação Profissional e
Tecnológica

20RW - Apoio a formação
Profissional, Científica e Tecnológica

2994 - Assistência ao Estudante da
Educação Profissional e Tecnológica

6358 - Capacitação de Recursos
Humanos da Educação Profissional e
Tecnológica

6380 - Fomento ao Desenvolvimento
da Educação Profissional e
Tecnológica

8252 - Educação Profissional e
Tecnológica a Distância

8652 - Modernização da Rede Pública
não Federal de Educação Profissional,

Científica e Tecnológica

TOTAL	2.642,19	1.970,75	3.664,40	2.371,87	4.632,47	3.003,15	6.274,81	4.753,18	8.855,27	5.964,95
--------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------

Fonte: Siga Brasil. Deflacionado por IGP DI. Elaborado própria, a partir dos dados extraídos por Sandra Oliveira Teixeira